



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

TAINÃ DE SÁ PORTO

GÊNERO E SERVIÇO SOCIAL
ANÁLISE DOS TRABALHOS APRESENTADOS NOS ENCONTROS
NACIONAIS DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL NO
PERÍODO DE 2000 A 2012

BELÉM-PA
2015

TAINÃ DE SÁ PORTO

GÊNERO E SERVIÇO SOCIAL
ANÁLISE DOS TRABALHOS APRESENTADOS NOS ENCONTROS
NACIONAIS DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL NO
PERÍODO DE 2000 A 2012

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará como requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Antônia Cardoso Nascimento.

BELÉM-PA
2015

TAINÃ DE SÁ PORTO

GÊNERO E SERVIÇO SOCIAL

ANÁLISE DOS TRABALHOS APRESENTADOS NOS ENCONTROS NACIONAIS
DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL NO PERÍODO DE 2000 A 2012

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Serviço
Social da Universidade Federal do Pará
como requisito para obtenção do título de
Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Dra. Maria Antônia
Cardoso Nascimento

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Maria Antônia Cardoso Nascimento
Orientadora - Universidade Federal do Pará

Prof^a. Dra. Lilia Iêda Chaves Cavalcante
Examinador Externo - Universidade Federal do Pará

Prof^a. Dra. Solange Maria Gayoso da Costa
Examinador Interno - Universidade Federal do Pará

Apresentado em: ____ / ____ / ____

Conceito: _____

BELÉM-PA
2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFPA

Porto, Tainã de Sá, 1985-

Gênero e serviço social análise dos trabalhos
apresentados nos encontros nacionais de pesquisadores em
serviço social no período de 2000 a 2012 / Tainã de Sá
Porto. - 2015.

Orientadora: Maria Antônia Cardoso
Nascimento.

Dissertação (Mestrado) - Universidade
Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais
Aplicada, Programa de Pós-Graduação em Serviço
Social, Belém, 2015.

1. Gênero & feminismo - congressos. 2.
Mulheres - congressos. I. Título.

CDD 23. ed. 305.482

À minha mãe Fátima e à minha avó Georgina (in memoriam) , mulheres de força e coragem.

AGRADECIMENTOS

Ao Pai Celestial por estar sempre presente na minha vida, me protegendo e me orientando pelos caminhos do bem.

À minha mãe, Fátima Sá, pelo amor incondicional e pelo apoio dado em todos os momentos da minha vida.

À minha irmã, Ingrid Sá, pela força e pelo suporte dado durante a realização do mestrado.

À minha querida professora e orientadora desta dissertação, Maria Antônia Cardoso Nascimento, pela paciência, pela compreensão e pelos momentos de aprendizado ao longo desta etapa acadêmica.

Aos professores do PPGSS-UFPA por todos os ensinamentos durante a realização do mestrado, em especial, à professora Joana Valente, pela amizade e incentivo.

À minha amiga, Géssica Baracho, pela força e pelo companheirismo em vários momentos durante a realização do mestrado.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo conhecer o lugar que a discussão de gênero ocupa na produção de conhecimento do Serviço Social brasileiro nos últimos doze anos. Trata-se de um estudo de revisão da produção do Serviço Social, em que o trabalho de investigação se caracterizou pelo levantamento dos trabalhos publicados nos anais do ENPESS, nas modalidades comunicação oral e pôster, no período de 2000 a 2012. Como procedimento metodológico, realizou-se a leitura dos resumos e das palavras-chave, seguida pela classificação dos trabalhos em áreas temáticas. Na análise das comunicações foram considerados dois aspectos: o tratamento dado ao tema mulher e a categoria de gênero e a perspectiva teórica adotada no trabalho. Verificou-se que dos 3.508 trabalhos apresentados, 267 se identificaram com a perspectiva de gênero e 154 trabalhos com a abordagem dos estudos sobre mulher. Ademais, as temáticas que mais articulam Mulher e Gênero são violência, trabalho, Serviço Social e família. Conclui-se que, na maioria das comunicações, mulher e gênero aparecem como sinônimos e a maioria refere-se as contribuições do “feminismo marxista.”

Palavras-Chave: Gênero. Serviço Social. ENPESS

ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to identify the place occupied by genre discussion within the production of knowledge in the Brazilian Social Service during the last twelve years. This is a review study of the production of social work, where work research was characterized by the review of paper published in the Annals of the ENPESS, in poster and oral communication modalities, from 2000 to 2012. As a methodological procedure, there were reading the abstracts and keywords, followed by the classification of work in thematic areas. In the communications analysis considered two aspects: the treatment of the woman theme and the category of gender and the theoretical perspective adopted at work. It was found that the 3 508 works submitted, 267 were identified with a gender perspective and 154 jobs with the approach of studies on women. Moreover, the themes that most articulate Women and Gender violence are, work, social work and family. In conclusion, most of the communications, women and gender appear as synonyms and the majority refers to the contributions of "Marxist feminism."

Keywords: Gender. Social Service. ENPESS

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Cursos com os dez maiores percentuais de matrículas do sexo feminino - Brasil – 2003.....	41
Quadro 2 - Áreas temáticas com as maiores quantidades de trabalhos publicados no ENPES no período de 2000 a 2012.....	69

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Trabalhos sobre mulher e gênero apresentados nas edições do ENPESS no período de 2000 a 2012.....	45
Tabela 2 - Trabalhos sobre mulher e gênero apresentados no 7º ENPESS, distribuídos por áreas temáticas.....	47
Tabela 3 - Trabalhos sobre mulher e gênero apresentados no 9º ENPESS, distribuídos por áreas temáticas.....	50
Tabela 4 - Trabalhos sobre mulher e gênero apresentados no 10º ENPESS, distribuídos por áreas temáticas.....	53
Tabela 5 - Trabalhos sobre mulher e gênero apresentados no 11º ENPESS, distribuídos por áreas temáticas.....	57
Tabela 6 - Trabalhos sobre mulher e gênero apresentados no 12º ENPESS, distribuídos por áreas temáticas.....	60
Tabela 7 - Trabalhos sobre mulher e gênero apresentados no 13º ENPESS, distribuídos por áreas temáticas.....	64

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Total de trabalhos apresentados nas edições do ENPESS e o número de trabalhos com o tema mulher e gênero.....	46
---	----

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS	Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social
AGENDE	Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento
ANPOCS	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CEDEPSS	Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social
CFEMEA	Centro Feminista de Estudos e Assessoria
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DEAM	Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher
ENPESS	Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
FBPF	Federação Brasileira para o Progresso Feminino
GEPEM	Grupo de Estudos e Pesquisas Eneida de Moraes
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LPM	Lei Maria da Penha
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
NEIM	Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher
NEPeM	Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher
OIT	Organização Mundial do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAISM	Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher
PBF	Programa Bolsa Família
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PLS	Projeto de Lei do Senado
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
REDOR	Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero
SIM	Sistema de Informações sobre Mortalidade
SIPS	Sistema de Indicadores de Percepção Social
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UnB	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
2	CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O FEMINISMO: HISTÓRIA, CONCEITOS E DEBATES	11
2.1	O FEMINISMO NO BRASIL	11
2.2	O CONCEITO DE PATRIARCADO	17
2.3	A CATEGORIA DE GÊNERO	25
2.4	NOTAS SOBRE DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO	33
3	GÊNERO NAS PRODUÇÕES DOS ENCONTROS NACIONAIS DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL – ENPESS (2000 – 2012)	37
3.1	SERVIÇO SOCIAL E PRODUÇÃO INTELECTUAL	37
3.2	RETRATO E ANÁLISE DOS DADOS	44
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
	REFERÊNCIAS	73

1 INTRODUÇÃO

São inegáveis as conquistas que as mulheres alcançaram ao longo da história, todavia muito ainda tem a ser feito, principalmente no Brasil. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD)¹ 2012 anunciou que o rendimento médio mensal de trabalho dos homens foi de R\$ 1. 698,00 (um mil e seiscentos e noventa e oito reais) e das mulheres foi de R\$ 1. 238,00 (um mil e duzentos e trinta e oito reais), ou seja, em termos proporcionais, isto equivale dizer que as mulheres recebiam 72,9% do rendimento de trabalho dos homens, apesar de possuírem maior grau de instrução e ocuparem os mesmos cargos.

Ainda conforme a PNAD (Síntese de Indicadores) 2012, em relação ao nível de escolaridade, em todas as faixas etárias, as mulheres possuem mais anos de estudo que os homens. No entanto, os resultados relacionados ao mercado de trabalho não beneficiam as mulheres. A taxa de ocupação entre os homens, em todas as faixas etárias, é maior, em números absolutos, do que entre as mulheres. O estudo assinalou que a inserção das mulheres no mercado de trabalho com carteira de trabalho assinada sofreu um acréscimo ao passar de 32,7%, em 2000, para 39,8%, em 2010, entretanto, no que diz respeito à remuneração, persiste a desigualdade de rendimento por sexo.

A diferença de rendimento entre homens e mulheres na realidade brasileira tem sido explicada pela inserção desigual, por sexo, no mercado de trabalho, juntamente com uma maior presença feminina em ocupações precarizadas, a exemplo do mercado informal e principalmente no trabalho doméstico, como apontam as pesquisas oficiais. De acordo com o Panorama Laboral da América Latina e do Caribe divulgado, em 2013, pela Organização Mundial do Trabalho (OIT), na América Latina e no Caribe, existem cerca de 19,5 milhões de trabalhadores domésticos, dos quais 18 milhões são mulheres e 1,5 milhão são homens, o Panorama também destacou que o trabalho

¹ De acordo com o IBGE, a PNAD é um sistema de pesquisas por amostra de domicílios que investiga diversas características socioeconômicas e demográficas, umas de caráter permanente nas pesquisas e outras com periodicidade variável, com temas que podem ser incluídos no sistema de acordo com as necessidades de informação para o país (Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2012>).

doméstico é a mais importante fonte de emprego para as mulheres na região, na medida em que é exercido por mais de 15% das mulheres ocupadas.

Segundo a publicação “Trabalho doméstico no Brasil: rumo ao reconhecimento institucional”, divulgado pela OIT em 2010, no Brasil, o trabalho doméstico é realizado primordialmente por mulheres, em sua maioria negras, e menos de 30% do total das trabalhadoras domésticas têm carteira de trabalho assinada e acesso à previdência social². Esse dado demonstra que a raça/etnia somada à condição de gênero agravam a situação dessas mulheres, ao mesmo tempo que ratifica que esta é apenas uma dimensão a ser investigada a fim de compreender-se a conjuntura de desigualdade.

Os dados evidenciam que as desigualdades de gênero promovem a inserção diferenciada de homens e mulheres no mercado de trabalho, tanto no Brasil quanto na América Latina. Compreende-se que o trabalho doméstico é desvalorizado enquanto atividade econômica, mas indispensável para o capital, na medida em que garante sua manutenção e reprodução. Diante destes dados, destaca-se a permanência da discriminação contra as mulheres no mercado de trabalho, na medida em que a força de trabalho feminina se efetiva de forma sub-remunerada e precarizada.

Para Moraes (2000, p. 27), não restam dúvidas de que existe uma "questão da mulher", pois “os homens ainda concentram o poder econômico e político na maior parte do mundo, e as mulheres persistem sendo as grandes responsáveis pela família e pelo "cuidar" – dos filhos, da casa e, cada vez mais, das finanças da família. Hipótese confirmada pelos dados divulgados pelo CENSO 2010, no que diz respeito à chefia familiar feminina em que a mulher é a principal responsável, passou de 22,2%, em 2000, para 37,3% em 2010, o que pode significar que aos encargos de reprodução, socialização e trabalho doméstico somam-se a responsabilidade pela provisão da família.

² A PEC 66/2012, conhecida como PEC das Domésticas, que propõe a alteração do art. 7º da Constituição Federal no sentido de estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores (as) domésticos (as) e os demais trabalhadores formais, foi aprovada pelo Senado Federal em 26/03/2013 e está em vigor. Com a aprovação da PEC os trabalhadores domésticos passam a ter garantidos direitos como salário-mínimo, férias proporcionais, horas extras, adicional noturno e o FGTS, o que antes era facultado ao empregador (Fonte: <http://www12.senado.gov.br/noticias/noticias/materias/2013/03/26/senado-aprova-ampliacao-dos-direitos-das-empregadas-domesticas>).

Os números indicam também um ingresso maciço das mulheres no mercado de trabalho, juntamente com o aumento da renda média e do nível de instrução, principalmente no nível superior. No entanto, de acordo com os dados oficiais do CENSO 2010, há maior prevalência feminina nas atividades relacionadas aos serviços domésticos, em que as mulheres representam 92,7%, confirmando que os serviços executados no âmbito doméstico ainda estão sob a responsabilidade feminina.

Os dados estatísticos referentes à situação da mulher no mercado de trabalho no Brasil e na América Latina ratificam a divisão sexual do trabalho que reafirma posições tradicionais estabelecidas para homens e para mulheres, revelando, ainda, que os papéis socialmente atribuídos às mulheres têm grande influência sobre a participação e a forma de inserção delas no mercado de trabalho.

Outro dado que confirma os limites das conquistas das mulheres diz respeito à violência contra a mulher. Conforme os dados divulgados, em 2013, pelo IPEA, o Brasil registrou 16,9 mil feminicídios³, no período de 2009 a 2011, ou seja, mortes de mulheres por homens, especialmente em casos de agressão perpetrada por maridos, noivos e namorados. Ainda segundo o estudo sobre violência contra a mulher no Brasil, os números indicam uma taxa de 5,8 de casos para cada grupo de 100 mil mulheres⁴. Ademais, o quantitativo de violência sofreu um decréscimo somente no ano de 2007, logo após a aprovação da Lei Maria da Penha⁵ (LPM), permanecendo estável nos anos subsequentes.

³ De acordo com o IPEA, o termo feminicídio refere-se à expressão letal da violência de gênero contra as mulheres. O Senado aprovou em 17/12/2014 o Projeto de Lei, que insere o crime de feminicídio no Código Penal, como circunstância qualificadora do crime de homicídio (PLS 292/2013). A pena definida pelo Código Penal é de 12 a 30 anos de reclusão (Fonte: <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2014/12/17/plenario-aprova-inclusao-de-femicidio-no-codigo-penal>).

⁴ De acordo com o estudo preliminar intitulado “Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil” (Dados disponíveis em: <http://www.ipea.gov.br>).

⁵ Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar (Dados disponíveis em: <http://www.planalto.gov.br>).

Conforme um estudo⁶ que avalia a efetividade da Lei Maria da Penha, realizado pelo IPEA, divulgado em março de 2015, os resultados mostraram de forma unânime que a introdução da LPM gerou efeitos estatisticamente expressivos na diminuição dos homicídios de mulheres relacionados à questão de gênero. De acordo com o texto do IPEA (2015), ao tratar dos resultados o estudo conclui que,

nossos resultados indicaram que a lei cumpriu um papel relevante para conter a violência de gênero, ainda que sua efetividade não tenha se dado de maneira uniforme no país, uma vez que a sua eficácia depende da institucionalização de vários serviços protetivos nas localidades, que se deu de forma desigual no território (IPEA, 2015, p. 07).

Esses dados chamam a atenção para reiteração da importância do fortalecimento dos estudos e pesquisas sobre mulher e gênero no Brasil. Nesse sentido, considera-se relevante fazer referência aos grupos/núcleos de estudos e pesquisas sobre mulher/gênero em âmbito nacional, regional e local.

Em nível nacional destaca-se o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM)⁷, criado em 1983, vinculado ao curso de mestrado em ciências sociais da UFBA, é o núcleo de estudos feministas mais antigo do país; o Núcleo de Estudos de Gênero PAGU⁸, criado em 1993 e vinculado a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), foi resultado do trabalho de pesquisadoras inseridas em diferentes campos disciplinares que buscavam dialogar com as teorias feministas e de gênero; o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (NEPeM), vinculado à Universidade de Brasília

⁶ Os pesquisadores do instituto realizaram uma análise descritiva dos dados sobre agressões provenientes do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, no período de 2000 a 2011. Foi utilizado um método conhecido como *modelo de diferenças em diferenças*, em que “o número de homicídios contra mulheres que ocorreram dentro das residências foram confrontados com aqueles que acometeram os homens”, “para estimar a existência ou não de efeitos da Lei Maria da Penha na redução ou contenção do crescimento dos índices de homicídios cometidos contra as mulheres” (Fonte: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=24610).

⁷ Destaca-se pela sua atuação continuada na promoção de atividades nas áreas de Ensino, Pesquisa e Extensão, comprometidas com a formação de uma consciência crítica acerca das relações de gênero hierárquicas (Fonte: <http://www.neim.ufba.br/wp/apresentacao/>).

⁸ Os projetos desenvolvidos pelo Pagu têm sido apoiados por diferentes instituições financiadoras nacionais e internacionais - FAPESP, CNPq, CAPES, Fundação Ford, Comunidade Europeia e órgãos de governos municipais, estaduais e federal. Para disseminar conhecimentos, o Pagu promove eventos nacionais e internacionais, seminários periódicos com pesquisadores vinculados a universidades nacionais e estrangeiras. Além de manter três linhas de publicação: A revista semestral cadernos pagu; 2) Coleção Encontros, e 3) coleção Gênero & Feminismos (Fonte: <http://www.pagu.unicamp.br/pt-br/o-pagu>).

(UnB), fundado em 1986, em que a questão da violência contra as mulheres⁹ marcou inicialmente a sua trajetória, com trabalhos sobre as delegacias da mulher, violência conjugal e doméstica, a relação entre agredidas-agressores e a violência contra a mulher na mídia.

Os estudos sobre mulher, desde a década de 1980, no país, ganham visibilidade na academia, principalmente no interior das Ciências Sociais como a sociologia, psicologia, antropologia e história, conforme ratificam as autoras abaixo:

O impacto das conquistas feministas sobre as Ciências Humanas, nas últimas três décadas, fez emergir teorias explicativas para denunciar o processo de opressão que subordinava as mulheres a estereótipos desvalorizadores e de justificação das desigualdades sociais sofridas milenariamente (ÁLVARES; D'INCAO, 1995, p. X).

A visibilidade da incorporação da produção sobre Mulher e a categoria de gênero nas Ciências Sociais brasileiras se reflete no âmbito local com a significativa atuação do Grupo de Estudos e Pesquisas Eneida de Moraes Sobre Mulher e Gênero (GEPeM/UFPA), criado em 1994 e vinculado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), que vem se dedicando às pesquisas sobre a questão da mulher e de gênero.¹⁰

O GEPeM, enquanto espaço consolidado de estudos de gênero em nível local, tem como objetivo integrar docentes e pesquisadores (as), interessados (as) na temática, nas diversas áreas do conhecimento, estimulando o desenvolvimento de pesquisas e estudos multidisciplinares. O grupo busca ampliar os intercâmbios com instituições de ensino e pesquisa regionais, nacionais e internacionais, contribuindo dessa forma para a construção de uma rede de estudos de gênero na Amazônia.

No ano de 2014, o GEPeM completou 20 (vinte) anos de existência, contando com pesquisadores de diversas áreas do conhecimento (literatura, ciência política, linguística, antropologia, educação, direito e saúde) numa perspectiva multidisciplinar. Ao longo desse período de atuação, o fluxo de

⁹ Em 1992, o NEPeM foi convidado pela Secretaria de Segurança Pública do DF a desenvolver pesquisas e ações que identificassem e analisassem causas do aumento significativo de denúncias de violência sexual contra as mulheres, sendo considerada uma pesquisa pioneira realizada no tema (Fonte: http://ceam.unb.br/nepem/2.0/?page_id=201).

¹⁰ Fonte: <http://www.ufpa.br/projetogepem/>.

produção de conhecimento, ações e propostas interventivas vem sendo mantido de forma permanente¹¹.

O Serviço Social ao longo de sua trajetória, como área de conhecimento, tem procurado responder às questões que afetam as relações sociais, bem como as questões relativas às relações sociais de gênero. Entretanto, foi a problemática da mulher que primeiramente tornou-se objeto de investigação do Serviço Social, já a categoria analítica gênero, assim como nas demais ciências sociais, foi incorporada mais recentemente.

De acordo com os dados encontrados na pesquisa realizada por Veloso (2000), intitulada “Gênero e Serviço Social: um balanço crítico-bibliográfico”¹², a categoria gênero foi “incorporada aos trabalhos produzidos pelo Serviço Social a partir de finais da década de 80, sendo a partir de então utilizada para discutir as várias questões que se colocam à(ao) assistente social, em várias áreas de intervenção” (VELOSO, 2000, p. 253).

Conforme Lisboa (2010), a aproximação teórica entre os estudos de gênero e o Serviço Social tem contribuído no processo de intervenção profissional, na medida em que é no cotidiano profissional que as(os) assistentes sociais tem se confrontado com uma série de demandas relativas à questão de gênero. No entanto, observa-se que no campo da produção científica a temática do gênero ocupa uma posição secundária, estando atrelada à macro temática das políticas públicas/ políticas sociais¹³, situação ratificada por Mendes e Almeida (2014, p. 657), ao constatar “a predominância das análises investigativas em torno das políticas sociais, conforma-se como uma tendência da pesquisa”¹⁴.

¹¹ O GEPEM, desde o seu surgimento, faz parte da REDOR – Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Gênero.

¹² Trata-se de uma dissertação de mestrado, defendida na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS/UFRJ) em maio de 2000, que teve como objetivo analisar na produção de conhecimentos no campo do Serviço Social, o tratamento dado à categoria analítica gênero, buscando perceber se a sua utilização no debate acadêmico-profissional vem efetivamente se dando.

¹³ Segundo Mendes e Almeida (2014, p. 649), ao citar o artigo de Silva e Silva (2009), que teve como objeto de pesquisa os artigos publicados na revista Serviço Social e Sociedade no período de 2000 a 2009, “foram catalogadas 523 categorias temáticas, sendo 72 em fundamentos do Serviço Social (formação profissional, prática, projeto político-pedagógico, teoria, metodologia, ensino, currículo, pesquisa, ética, organização profissional etc.) e 451 em políticas públicas/políticas sociais e demais temáticas relacionadas (questão social, família, idoso, cidade, Estado, sociedade civil, trabalho, gênero, pobreza, terceiro setor, entre outras)”.

¹⁴ De acordo com a autora, essa tendência se repete na produção do conhecimento (livros, artigos, teses, dissertações) e nos programas de pós-graduação (áreas de concentração e linhas de pesquisa) do Serviço Social.

Nesse sentido, considera-se importante a oferta de pesquisas realizadas por docentes e discentes vinculados aos cursos de graduação e programas de pós-graduação e, socializadas nos eventos nacionais de grande envergadura como o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), bem como a conquista de espaço das assistentes sociais feministas no âmbito das relações de poder no espaço acadêmico. Contribuindo dessa maneira para o reconhecimento do tema mulher e do gênero na agenda da produção de conhecimento da área.

Uma ilustração desta afirmação é a inclusão da temática gênero, em 2012, na estruturação dos Grupos Temáticos de Pesquisa – GTPs¹⁵, constituído pela Associação Brasileira de Estudos e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), responsável pela organização do ENPESS. Intitulado GTP “Serviço Social e Relações de Opressão/Exploração de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidade”¹⁶, questões que por muito tempo foram classificadas como subeixos das macro temáticas.

Cabe ressaltar que, embora agrupados no formato do ENPESS, gênero, raça/etnia, geração e sexualidades ganham autonomia relativa na exposição por meio da utilização da expressão “Ênfase no gênero, ênfase na raça/etnia, ênfase na geração e ênfase na sexualidade”, recurso que permite observar quantos trabalhos priorizam o gênero, a raça/etnia, a geração e a sexualidade.

As leituras realizadas por especialistas sobre gênero nas ciências sociais em geral indicam que, apesar desta categoria apresentar aprofundamento em relação aos estudos sobre mulher, uma vez que ela reivindica o lugar do relacional (nem sempre presente nos estudos com recorte nas mulheres), muitos resultados das pesquisas sob sua orientação ainda não deixam claro a

¹⁵ Conforme o documento intitulado “A consolidação da ABEPSS como organização acadêmico-científica – Documento base de discussão para a formação dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs)”, publicado em 2009, um dos desafios colocados na época pela entidade estava relacionado à construção de GTPs, uma vez que havia a necessidade de avançar na qualificação do Serviço Social como área de produção de conhecimento socialmente relevante. Segundo o documento, “este investimento remonta a década de 1990, quando da unificação entre Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social – CEDEPSS e a Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social- ABESS”, pois a partir desse momento, as diretorias da ABEPSS se empenharam para fortalecer a pesquisa no Serviço Social, donde decorre a proposta de formação dos GTPs (ABEPSS, 2009, p. 03).

¹⁶ Em 2009, ano de publicação do documento supracitado, o GTP que incluía a temática de gênero, estava sob o título “Relações de Classe, Gênero, Raça e Geração”, e em 2010, sob o título “Classe Social, Gênero, Raça/Etnia, Geração, Diversidade Sexual e Serviço Social”.

dimensão relacional e priorizam o feminino. Esses estudos também têm chamado a atenção para o fato de que as pesquisas sobre gênero se ancoram em abordagens críticas que abarcam o marxismo e no que se convencionou a chamar de pensamento pós-moderno.

A escolha pela investigação do gênero como objeto desta dissertação inicialmente foi pensada como uma pesquisa sobre a produção de monografias e dissertações no âmbito da graduação e do mestrado em Serviço Social da UFPA, tentando adotar como procedimento teórico-metodológico as contribuições da teoria crítica criadas por Karl Marx e Engels. Por recomendação da banca de qualificação, optou-se pelo exame da produção nacional. Nesse sentido, as perguntas norteadoras do projeto de pesquisa foram: Como o gênero tem sido abordado na produção de conhecimento do Serviço Social brasileiro? Quais os temas a ele articulados pelas comunicações selecionadas no ENPESS? e a interlocução principal teve como referência os critérios metodológicos utilizados por Veloso (2000)¹⁷.

O ENPESS completou em dezembro de 2014 a XIV edição, todavia optou-se pela consulta dos trabalhos aprovados no período de 2000 a 2012¹⁸ devido as dificuldades de acesso. Sendo assim, os objetivos específicos da dissertação são: mapear os trabalhos apresentados no ENPESS relativos à temática de gênero; conhecer como o gênero é abordado nas comunicações e que temas são recorrentes no interior das abordagens de gênero.

Trata-se de um estudo de revisão da produção do Serviço Social. O trabalho de investigação priorizou o levantamento dos trabalhos publicados nos anais dos encontros, nas modalidades comunicação oral e pôster, no período de 2000 a 2012. Optou-se por examinar os trabalhos agrupados nos GTPs e subeixos temáticos¹⁹ que tratam sobre o tema da mulher e do gênero. Em

¹⁷ Com base em Veloso (2000), a classificação dos trabalhos em áreas temáticas foi feita através da identificação da principal questão tratada pelos (as) autores (as) dos artigos, ou seja, o reconhecimento das áreas temáticas foi feito mediante a articulação da questão do gênero com os contextos específicos, como no campo do trabalho, da saúde, da violência, da família, movimentos sociais, Serviço Social etc.

¹⁸ Com exceção da edição do ENPESS ocorrida em 2002, visto que os anais do evento não me foram disponibilizados pela ABEPSS.

¹⁹ A opção por essas terminologias deve-se à forma como os temas são divididos nos ENPESS.

seguida, os trabalhos foram agrupados em áreas temáticas mediante a leitura dos títulos, resumos, palavras-chave²⁰.

A partir dessa divisão, foi possível identificar as diversas áreas temáticas às quais a categoria gênero é articulada, em que foram analisadas as três áreas com as maiores ocorrências de trabalhos, em ordem decrescente. A opção em examinar somente as três áreas com o maior número de trabalhos foi em decorrência da grande variedade de áreas temáticas, o que tornaria o estudo muito extenso.

Na análise das comunicações, foram considerados dois aspectos: o tratamento dado ao tema mulher e a categoria de gênero e a perspectiva teórica adotada no trabalho. Em relação ao primeiro aspecto, percebe-se que nem sempre a utilização da terminologia *mulher* significa a utilização da categoria analítica *gênero*, em sua dimensão relacional, portanto considera-se relevante quantificar os trabalhos que anunciam em seus títulos a análise da categoria gênero e quantos operacionalizam sua dimensão relacional. Em relação ao segundo aspecto, propõe-se examinar quantos trabalhos adotaram a teoria crítica baseada no marxismo.

A sistematização dos dados de cada edição do evento foi feita através da construção de tabelas, nas quais os trabalhos foram agrupados em áreas temáticas, possibilitando a visualização da quantidade total de trabalhos por evento, assim como o número de trabalhos sobre mulher e gênero.

Esta dissertação de mestrado está organizada em capítulos e seções, que se apresentaram das seguintes formas:

O Capítulo 1 consiste na Introdução. O Capítulo 2, intitulado “Considerações gerais sobre a temática mulher e feminismo: história, conceitos e debates”, apresenta apontamentos sobre os conceitos e categorias que têm fornecido elementos importantes para a compreensão da histórica desigualdade entre homens e mulheres.

No Capítulo 3, “Gênero nas produções dos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS (2000 a 2012)”, aborda-se de

²⁰ A leitura dos textos, em sua maioria, foi feita de forma integral, procedimento muitas vezes necessário para a classificação da área temática do trabalho.

forma breve a origem da profissão inscrita no contexto da institucionalização da divisão social e sexual do trabalho, tendo na “questão social” sua base de justificação histórica. Ênfase é dada à importância da consolidação da pós-graduação em Serviço Social, a partir da década de 1970. Apresenta-se o retrato dos dados quantitativos e qualitativos da pesquisa, seguido da análise dos resultados.

O Capítulo 4 consiste nas considerações finais sobre a pesquisa.

2 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O FEMINISMO: história, conceitos e debates

Há séculos a realidade de desigualdade tem permeado a relação entre homens e mulheres. As razões pelas quais as relações entre os sexos são construídas, como funcionam e como elas mudam têm encontrado embasamento em teorias como a do patriarcado e de gênero, fomentadas pela discussão feminista.

Essas teorias têm fornecido subsídios fundamentais na compreensão das condições históricas que envolvem as relações entre os sexos e, sobretudo, para os estudos sobre a temática da mulher e do feminismo, enquanto movimento social que problematiza a desigualdade entre os sexos, conferindo visibilidade à questão da opressão feminina.

2. 1. O Feminismo no Brasil

O movimento feminista, desde as suas primeiras manifestações, ainda no século XIX, vem se expressando de diversas formas²¹. Entende-se que o feminismo, enquanto movimento social, surge para denunciar a condição subordinada da mulher na sociedade e a aparente naturalidade desta condição. Dessa maneira, o movimento confere visibilidade às questões relativas às mulheres defende a igualdade entre homens e mulheres.

Para Saffioti (1987), não se deve falar de feminismo no singular. Segundo a autora, a rigor, “não existe um só feminismo, pois há diferenças de bandeiras levantadas, de ênfase posta numa ou noutra reivindicação, de estratégias de luta” (SAFFIOTI, 1987, p. 93). No entanto, a autora afirma que, a maioria das lutas estão voltadas para a conscientização de homens e mulheres sobre a necessidade de se construir condições efetivas de igualdade entre os sexos.

Considera-se neste trabalho que há uma diferença entre o feminismo, enquanto movimento social, e a sua produção teórica, visualizada através dos chamados “estudos feministas”. No entanto, compreende-se que estes dois momentos não se excluem mas se influenciam mutuamente, na medida em

²¹ Conforme Pinto (2003, p. 09), no Brasil, as manifestações feministas vão desde reuniões privadas em casas de intelectuais até reuniões com 3.000 (três mil) participantes.

que o movimento político busca o amparo teórico para fundamentar e justificar as suas ações.

Os estudos sobre a trajetória do movimento feminista brasileiro²² estabelecem três grandes momentos na história. O primeiro ocorreu no final do século XIX e início do século XX até 1932²³, quando as brasileiras conquistam o direito de votar. De acordo com Louro (2003, p. 14-15), as manifestações contra a discriminação feminina adquiriram uma visibilidade e uma expressividade com o chamado "sufragismo", ou seja, no movimento voltado para estender o direito do voto às mulheres.

Vale ressaltar que boa parte da liderança do movimento sufragista foi constituída por mulheres ligadas à elite, composta por profissionais liberais, professoras e funcionárias públicas. A bióloga Bertha Lutz²⁴ foi seu maior expoente.

Conforme Pinto (2003), no Brasil, a primeira fase do feminismo teve como questão central a luta das mulheres pelos direitos políticos, reivindicando a participação eleitoral, como candidatas e eleitoras. Para a autora, as primeiras manifestações do feminismo no Brasil traduziram-se na luta pela cidadania em seu nível mais básico, e que talvez a única conquista de fato tenha sido o direito ao voto.

O segundo momento foi no final da década de 1960²⁵ e início da década de 1970 impulsionado pelos movimentos reivindicatórios que estavam acontecendo no mundo inteiro. O movimento feminista combinou-se com a luta dos estudantes pela defesa do ensino, a luta dos negros contra o racismo, dentre outras. Nessa época, o Brasil vivia a instalação do regime ditatorial, e, dessa forma, a política de repressão marcou os primórdios do feminismo

²² Para um maior aprofundamento, ver Pinto (2003); Toledo (2001).

²³ De acordo com Pinto (2003), após um período de retrocesso, o movimento feminista reaparece em meio ao período mais radical da ditadura militar brasileira.

²⁴ Bióloga brasileira, que ao formar-se pela Universidade de Sorbonne, em Paris, teve contato com o movimento sufragista europeu e seus ideais feministas. No seu retorno ao Brasil começa a organizar as bases da Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), fundado em 1921, que de acordo com Pinto (2003), foi a maior expressão do feminismo na época. Ainda de acordo com a autora, o nome de Bertha Lutz esteve definitivamente ligado ao movimento sufragista na época, por exercer uma inegável liderança durante a década de 1920, permanecendo ligada às causas da mulher até a década de 1970, década de sua morte.

²⁵ É nesse contexto que se discute o livro "O segundo sexo" de Simone de Beauvoir, considerada a precursora do conceito de gênero, conhecida pela célebre frase: "Ninguém nasce mulher, mas se torna mulher". Sua profunda análise sobre o papel das mulheres na sociedade, ainda no século XIX, mostra-se bastante atual no que diz respeito à posição subalternizada ocupada pelas mulheres.

brasileiro já que a maioria das militantes do movimento esteve envolvida ou simpatizava com a luta contra a ditadura no país²⁶.

No Brasil, as feministas de vanguarda militavam na esquerda e participavam da resistência à ditadura militar brasileira. Muitas delas tinham vivido exiladas em algumas capitais europeias, absorvendo principalmente a experiência das feministas francesas e italianas. A influência teórica do feminismo europeu, próximo das correntes socialistas e marxistas, marcou portanto a segunda fase do feminismo brasileiro e de sua produção teórica.

Conforme Conceição (2009), foi a partir dos anos 1960 e 1970 que houveram mudanças importantes em relação ao teor dos debates feministas, que passa de um tom panfletário, para um discurso acadêmico. De acordo com o autor, nesse período “não havia um distanciamento entre movimento e academia, isto passou a ocorrer a partir da sofisticação das reflexões e teorizações. Houve mudanças significativas no enfoque teórico-metodológico” (CONCEIÇÃO, 2009, p. 739).

As afirmações de Conceição (2009) encontram apoio na análise feita por Sardenberg (2002), intitulada “Estudos Feministas: um esboço crítico”²⁷, ao esclarecer que no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, na Europa e nos Estados Unidos, “a teorização feminista estava em ebulição não na academia, mas nos grupos de conscientização e reflexão feministas. Não havia uma separação mais nítida entre as discussões teóricas e o cotidiano do movimento” (SARDENBERG, p. 03).

Segundo Sardenberg (2002), no final da década de 1970, foram observadas mudanças relacionadas aos temas²⁸ e aos enfoques teóricos-metodológicos dos estudos feministas. Nesse sentido, a autora afirma que, até meados dos anos de 1970, o objeto central dos estudos feministas era “a mulher” (no singular), em que “a preocupação principal era delinear as causas

²⁶ De acordo com Pinto (2003), grande parte do feminismo brasileiro surgiu no exílio.

²⁷ Transcrição revisada da comunicação apresentada à mesa “Teorias e Metodologias nas Pesquisas com Enfoque de Gênero”, realizada durante o I Simpósio Cearense de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero, promovido pelo NEGIF/UFC. Fortaleza, Ceará, março de 2002. Publicado originalmente em Amaral, Célia (org.), *Teoria e Práxis dos Enfoques de Gênero*, Salvador; Fortaleza: REDOR, NEGIF, 2004, pp.17-40.

²⁸ A autora cita como exemplo o surgimento de dois grupos de trabalho, no final da década de 1970, na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS): Mulher e Política; Mulher e Trabalho, temas em destaque na época. Atualmente, grande parte dos trabalhos escritos ou apresentados na REDOR está na área da Literatura. Sardenberg (2002, p. 05), afirma que existem áreas com maior visão e prestígio dentro do campo dos estudos feministas.

da opressão feminina, da subordinação da mulher na história, do patriarcado” (SARDENBERG, 2002, p. 05).

Para a autora, nesse momento torna-se pertinente refletir sobre o termo “mulher”:

(...) mas “a mulher” é um objeto ideal, porque não existe “a mulher”, no geral. Existem mulheres de carne e osso, plurais. “A mulher” é um construto, é um ideal, um ideal de mulher, e era complicado trabalharmos com esse objeto que é um objeto ideal, algo que só existe em nível de ideologia, como o conceito de gênero permitiu-nos perceber (SARDENBERG, 2002, p. 05).

Ainda conforme a autora, foi a partir da segunda metade da década de 1970 que a ênfase, anteriormente dada ao objeto ideal “mulher”, desloca-se para o objeto empírico “mulheres”. Naquele momento, surgem os “women’s studies” – os estudos sobre mulheres. No entanto, apesar desse deslocamento, ainda havia um problema teórico-metodológico em relação ao termo “as mulheres”.

Conforme Sardenberg (2002), o problema estava relacionado à construção de objeto teoricamente construído, um objeto “formal”, que pudesse explicar os fenômenos observados e que encontrasse consenso entre as feministas. A autora assinala que, somente no final dos anos 1970, “quando gênero será elaborado e conceituado como a construção social das identidades sexuais e como o objeto dos estudos feministas” (SARDENBERG, 2002, p. 06), é que podem ser visualizadas novas possibilidades para os estudos feministas.

No Brasil o terceiro momento de lutas feministas ocorreu entre os anos 1970 e 1980, representadas, sobretudo, pelas mulheres trabalhadoras latino-americanas. Castro (2000, p. 101) afirma que:

Na Europa e nos EUA, no final da década de 70, e também na América Latina, aparecem várias publicações feministas que se apoiariam em categorias do materialismo histórico para explicar a situação da mulher, em especial, no mercado de trabalho capitalista, discutindo limites da teoria do valor e da dicotomia entre trabalho produtivo e não produtivo. Nessa fase, ocorreu também um criativo debate sobre os conceitos de “produção e de reprodução, o valor do trabalho doméstico e a relação entre divisão sexual e social do trabalho (CASTRO, 2000, p. 101).

Dessa forma, o movimento avança com o objetivo de incorporar a dimensão de classe nas suas reivindicações questionando inclusive o modo de produção capitalista. Destaca-se, nesse período, o ano de 1975, instituído pela

ONU como o Ano Internacional da Mulher²⁹ e que conforme Pinto (2003), foi considerado como um momento inaugural do feminismo brasileiro³⁰. Nos anos 1980, paralelamente ao engajamento político do movimento contra a ditadura militar, foram observados avanços na discussão das questões de saúde³¹ e violência³².

Nesse contexto, considera-se importante mencionar o termo “empoderamento”, que começou a ser utilizado pelo movimento de mulheres na década de 1970. Conforme Costa (2000),

Empoderamento é o mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir e criar e gerir (COSTA, 2000, p. 42).

De acordo com a autora, para as feministas, o termo empoderamento é apreendido como “a alteração radical dos processos e estruturas que reduzem a posição de subordinada das mulheres como gênero” (Costa, 2000, p.42). Desse modo, observa-se que as mulheres podem alcançar a condição de empoderamento a partir da tomada de decisões em termos mais abrangentes e também de mudanças individuais.

Nas palavras da referida autora,

O empoderamento das mulheres representa um desafio às relações patriarcais, em especial dentro da família, ao poder dominante do homem e a manutenção dos seus privilégios de gênero. Significa uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes a autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir, bem como um rechaço ao abuso físico e à violação sem castigo, o abandono e as decisões unilaterais masculinas que afetam a toda a família (COSTA, 2000, p. 44).

²⁹ Conforme o “Museu Virtual Bertha Lutz”, o Ano Internacional da Mulher foi inaugurado pela conferência realizada pela ONU, na Cidade do México, em 1975, em que a agenda das questões da mulher passa a ocupar um lugar central no âmbito do debate diplomático. Bertha Lutz foi a convidada especial da delegação brasileira (Disponível em: <http://lhs.unb.br/bertha/>).

³⁰ Pinto (2003) afirma que a partir desse momento a questão da mulher ganha um novo status diante dos governos autoritários, das sociedades conservadoras e de projetos ditos progressistas que enxergavam a causa feminina com enorme desconfiança.

³¹ Conforme Pinto (2003), em 1983, destaca-se a implantação do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM) pelo Ministério da Saúde, sendo considerado uma referência no que diz respeito à saúde da mulher.

³² Em 1986, registra-se a criação da primeira Delegacia Especializada de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência (DEAM), em São Paulo. Destaca-se o SOS Mulher, inaugurado no Rio de Janeiro, em 1981, constituindo-se um espaço de atendimento às mulheres vítimas de violência pertencentes às camadas populares (Pinto, 2003).

Conforme Pinto (2003), o feminismo acadêmico surgiu e se desenvolveu na década de 1980 a partir da aproximação do movimento feminista com a universidade, na qual a mulher passa a ser objeto de investigação científica. O feminismo acadêmico esteve ancorado no Departamento de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, localizado em São Paulo, e em pesquisas realizadas nas grandes universidades brasileiras, em algumas das quais surgiram Núcleos de Pesquisa em Estudos da Mulher.

O movimento feminista brasileiro, desde as suas primeiras manifestações, ainda no século XIX, tem sido por natureza um movimento fragmentado, com múltiplas manifestações, objetivos e pretensões diversas. Apesar de sua histórica multiplicidade o movimento feminista foi caracterizado por reunir mulheres intelectuais, em sua maioria professoras universitárias e profissionais liberais. Dessa forma, a aproximação do movimento com a universidade ocorreu com certa facilidade.

A fase mais contemporânea do feminismo aponta para a profissionalização do movimento via Organizações Não Governamentais (ONGs), trazendo uma nova forma de fragmentação de temas e sujeitos, atuando tanto junto à sociedade como junto ao Estado. Para Sardenberg (2002), pode-se dizer que as ONGs feministas vêm assumindo uma postura “mediadora entre o discurso da academia e da militância não acadêmica, fazendo, por assim dizer, a ‘tradução’ entre um e outro e, entre estes e agências governamentais” (SARDENBERG, 2002, p. 16).

De acordo com Pinto (2003), além dos trabalhos desenvolvidos pelas ONGs existe uma diversidade de manifestações de mulheres, seja em movimentos populares, partidos políticos e sindicatos, que discutem as questões dos direitos das mulheres. No entanto, é nas universidades públicas que se alojam as principais discussões em relação ao tema da desigualdade sexual e de propostas de políticas públicas para o seu enfrentamento.

O pensamento feminista, portanto, tende a ser um conjunto de diferentes correntes teóricas, com múltiplas concepções e pontos de vista; caracteriza-se por ser uma prática política e cultural que busca mudar as estruturas desiguais de poder na sociedade, que luta contra inimigos comuns, como o patriarcado, o

sexismo, a exploração, a discriminação, homofobia e outros (Lisboa, 2010, p. 69).

Independentes da heterogeneidade do movimento feminista, vale destacar as palavras de Lisboa segundo a qual cabe a ele a publicização da abordagem sobre conflitos e violência na relação entre homens e mulheres, como resultante de uma estrutura de dominação (Lisboa, 2010, p.69).

2. 2. O conceito de Patriarcado

Durante o século XX, especialmente na década de 1960³³, as mudanças sociais ocorridas nas sociedades ocidentais no que tange ao papel da mulher tanto no ambiente privado quanto no público são consequências do renascimento do movimento feminista que retoma o conceito de patriarcado na acepção marxista, instigando debates e controvérsias entre as feministas, conforme assinala Poster (1979, p.217),

O movimento das mulheres pode ser visto como uma resposta às pressões feitas sobre a família pelo capitalismo recente. Resistindo às formas tradicionais de diferenciação de papéis sexuais que restringiam a esposa ao lar e à subserviência aos homens em geral, as mulheres começaram a exigir uma oportunidade igual de trabalho e igualdade de salário. [...] O movimento feminista desafiou os componentes básicos do papel das mulheres na família.

Vale ressaltar que, durante o século XVIII, o modelo patriarcal de organização familiar foi predominante, quando a mulher, filhos, parentes, agregados e escravos estavam todos submetidos ao poder do homem, que era ao mesmo tempo marido, pai e patriarca. Esta estrutura familiar destinava às mulheres um estilo de vida restrito ao lar e aos afazeres domésticos. De acordo com Poster (1979), posteriormente, na sociedade capitalista do século XIX, as relações eram conduzidas pela rigorosa divisão sexual do trabalho, de forma que o marido era a autoridade máxima perante o grupo e o único provedor material, enquanto a esposa preocupava-se exclusivamente com o lar.

As afirmações de Poster (1979) encontram apoio em D’Incao (2001, p. 223) quando, ao discutir a constituição da sociedade burguesa no Brasil, descreve o que seria considerado na época como modelo de vivência familiar, “um sólido ambiente familiar, filhos educados e esposa dedicada ao marido, às

³³ Foi na década de 1960 que obras importantes para o feminismo chegam no Brasil como: O Segundo Sexo, publicado por Simone de Beauvoir, em 1949, na França, e A Mística Feminina, publicado por Betty Friedman, em 1963, nos Estados Unidos.

crianças e desobrigada de qualquer trabalho produtivo representavam o ideal de retidão e probidade” (D’INCAO, 2001, p. 223). A partir da descrição da autora, considera-se que esse modelo idealizado e valorizado na época reforça a ideia de que “ser mulher é ser quase integralmente mãe dedicada e atenciosa” (D’INCAO, 2001, p. 229).

Observa-se que a ideologia patriarcal encontra primeiramente na família (ambiente privado) espaço legítimo de submissão da mulher ao marido. Com a inserção das mulheres no mundo do trabalho (espaço público), a opressão que antes estava restrita ao espaço reprodutivo encontra na desvalorização do trabalho feminino a mesma hierarquia. De acordo com Moraes (2000, p. 03), a ideologia do “natural” tem um papel importante na conformação dos papéis sexuais, ao obscurecer a historicidade da família e das funções nela desempenhadas pelas mulheres.

A discussão do patriarcado aparece presente entre os clássicos de Max Weber no contexto de sua reflexão sobre dominação e nos estudos marxistas que abordam a desigualdade entre homens e mulheres na perspectiva da opressão e exploração econômica. O patriarcado, enquanto fenômeno histórico-social, representa um tipo hierárquico de relação entre homens e mulheres que não se restringe à família, tendo como origem a divisão social do trabalho quando esta define a divisão sexual do trabalho.

Uma das obras expressivas na discussão conceitual do patriarcado no interior do feminismo é “O contrato sexual”, de Carole Pateman, em que a autora se utiliza da discussão sobre o contrato social³⁴ para problematizar o contrato sexual, segundo ela, ausente das discussões sobre desigualdade. Para a autora, o contrato sexual é o meio pelo qual se constitui o patriarcado moderno e a dominação dos homens sobre as mulheres.

Conforme Pateman (1993, p. 16), a história do contrato sexual trata da gênese do direito político e explica por que a prática desse direito é justificada, no entanto, essa história trata o direito político enquanto direito patriarcal, ou seja, o poder que os homens exercem sobre as mulheres. Observa-se que a diferença sexual é uma diferença política, diferença entre liberdade e sujeição.

³⁴ De acordo com Pateman (1993), a teoria do contrato social (ou contratualismo), difundida nos séculos XVII e XVIII, é identificada classicamente como uma história sobre a liberdade, em que os homens trocam a liberdade natural pela liberdade civil, assegurada pelo Estado. A autora faz referência a dois teóricos do contratualismo: Robert Filmer e John Locke.

Desse modo, “o contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição” (PATEMAN, 1993, p. 16).

De acordo com a autora, o termo patriarcado refere-se a uma forma de poder político, sendo “o único conceito que se refere especificamente à sujeição da mulher, e que singulariza a forma de direito político que todos os homens exercem pelo fato de serem homens” (PATEMAN, 1993, p. 39). A efervescência do movimento feminista, na década de 1960, trouxe de volta o conceito de patriarcado para o debate acadêmico. Pateman (1993) afirma que surgiram várias discussões entre as feministas sobre o significado do conceito e sobre outras questões, tais como:

Se em nossa sociedade o termo deve ser usado em seu sentido literal de governo paterno; se o patriarcado é uma característica humana universal ou se ele é histórica e culturalmente variável; se o matriarcado ou a igualdade sexual existiram alguma vez, e caso tenham existido, como aconteceu a ‘derrota mundial e histórica do sexo feminino’; se as relações patriarcais estão essencialmente estabelecidas na família ou se a vida social, como um todo, está estruturada pelo poder patriarcal; e quais as relações existentes entre patriarcado, ou dominação sexual, e capitalismo, ou dominação de classe (PATEMAN, 1993, p. 39).

A autora destaca que, em virtude dos problemas em conceituar o termo patriarcado, algumas feministas argumentam que o termo deveria deixar de ser utilizado. Entretanto, conforme Pateman (1993, p. 42), essa falta de consenso surge porque o termo está preso a interpretações patriarcais de seu significado, ou seja, enquanto a compreensão sobre o processo sucessivo de dominação dos homens sobre as mulheres estiver reduzida à linguagem e aos símbolos do poder paterno. Pateman (1993, p. 42) esclarece que “o poder conjugal não é paterno, e sim parte do direito sexual masculino, o poder que os homens exercem enquanto homens e não enquanto pais”.

Segundo Pateman (1993), a interpretação patriarcal do patriarcado deixa de revelar a questão social mais ampla que diz respeito à natureza das relações entre homens e mulheres e à abrangência do direito sexual masculino. Desse modo, permanecer com a ideia de que pressupostos patriarcais recorrem à natureza e às diferenças sexuais naturais, a fim de subsidiar suas teorias e instituições, é continuar preso às fronteiras patriarcais. Nesse contexto, ela se posiciona sobre o debate da categoria gênero no bojo da teoria feminista.

De acordo com Pateman (1993, p. 330),

o termo 'gênero' foi introduzido como uma arma na luta contra o patriarcado. O argumento patriarcal deixa claro que as mulheres estão naturalmente submetidas aos homens, ou seja, a submissão decorre de sua biologia, de seu sexo. Falar em gênero, em vez de se falar em sexo, indica que a condição das mulheres não está determinada pela natureza, pela biologia ou pelo sexo, mas é resultante de uma invenção social e política.

Ao expor sobre as discussões feministas sobre o capitalismo e o patriarcado, Pateman (1993, p. 62) esclarece que “a conexão entre essas duas formas sociais apoiam-se no chamado argumento de estrutura dual; o patriarcado e o capitalismo são vistos como sistemas autônomos”. Com intuito de reafirmar esse argumento, Pateman (1993) recorre ao artigo³⁵ de Heidi Hartmann, alegando que a referida autora apresentou a relação entre patriarcado e capitalismo como uma “parceria”, na medida em que o patriarcado “como um sistema de relações entre homens e mulheres que existe no capitalismo” e a “acumulação de capital, que tanto se acomoda à estrutura social patriarcal quanto ajuda a perpetuá-la” (HARTMANN, 1979, apud PATEMAN, 1993, p. 63-64).

Aguiar (1997, p. 168), em suas reflexões sobre “Perspectivas feministas e o conceito de patriarcado na sociologia clássica e no pensamento sociopolítico brasileiro”, afirma que a teoria do patriarcado tem fornecido subsídios para a análise das relações de dominação que antecederam a emergência do sistema capitalista. De acordo com a referida autora, “uma das questões que torna o patriarcado uma instituição peculiar é o direito de propriedade sobre os bens da família. Pelo poder patriarcal o único a ter esse direito é o pai”.

Conforme Aguiar (1997), o patriarcado é caracterizado por,

um sistema de normas baseado na tradição, quando as decisões são tomadas de uma determinada forma, porque isto sempre ocorre de um mesmo modo. Outro elemento básico da autoridade patriarcal é a obediência ao senhor, além do que é devotada à tradição (AGUIAR, 1997, p. 171).

A construção ideológica desse conceito foi elaborada em função dos interesses de ascensão da burguesia. Foi a partir da institucionalização da ideia de que o lugar da mulher é o lugar do espaço privado que a sociedade passa a redefinir os papéis masculinos e femininos.

³⁵ O artigo intitulado “The Unhappy Marriage of Marxism and Feminism: Towards a More Progressive Union”, foi publicado em 1979.

No entendimento de Neder (2008), a estrutura familiar patriarcal³⁶ possuía um caráter altamente repressivo, sendo reprodutora das normas de disciplinamento e controle determinados pela Igreja. As mulheres possuíam um estilo de vida restrito ao lar e aos afazeres domésticos, compartilhando a criação dos filhos com os parentes e os criados que formavam o grupo familiar.

A partir das análises dos autores citados, apreende-se que a hierarquia de gênero estabelecida anteriormente na família patriarcal encontra-se atualmente reformulada, materializada na divisão sexual do trabalho, que se utiliza dos pressupostos patriarcais para reforçar a condição de dominação/exploração das mulheres.

No Brasil, o conceito de dominação-exploração ou exploração-dominação aparece na produção primeira de Saffioti (1987). A autora define o patriarcado não apenas como um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista, mas como um sistema de exploração. Desse modo, “enquanto a dominação pode ser situada nos campos político e ideológico, a exploração dis respeito diretamente ao terreno econômico” (SAFFIOTI, 1987, p. 50).

Portanto, no entendimento da autora, refere-se a um “processo de sujeição de uma categoria social com duas dimensões: a da dominação e a da exploração. Assim, prefere-se entender exploração-dominação como um único processo, com duas dimensões complementares” (SAFFIOTI, 2001, p. 117).

Para Saffioti (2004, p. 45), em geral, pensa-se ter havido primazia masculina no passado remoto, o que significa dizer que as desigualdades atuais entre homens e mulheres são resquícios de um patriarcado não mais existente. A autora, ao fazer a seguinte analogia, esclarece que o patriarcado está em contínua transformação, pois,

Se, na Roma antiga, o patriarca detinha poder de vida e morte sobre sua esposa e seus filhos, hoje tal poder não mais existe, no plano de *jure*. Entretanto, homens continuam matando suas parceiras, às vezes com requintes de crueldade, esquartejando-as, ateando-lhes fogo, nelas atirando e as deixando tetraplégicas etc. O julgamento destes criminosos sofre, é óbvio, a influência do sexismo reinante na sociedade (SAFFIOTI, 2004, p. 46).

Nesta analogia evidenciada por Saffioti (2004), compreende-se que o regime patriarcal, apesar de não existir mais como em seu formato inicial, tem

³⁶ Durante o século XVIII, o modelo de organização familiar no Brasil era predominantemente patriarcal, em que a família era composta pelo núcleo conjugal e seus filhos, juntamente com os parentes, agregados e escravos, todos submetidos ao poder do homem, que era ao mesmo tempo marido, pai e patriarca.

os seus pressupostos vivos, seja nos discursos, nas atitudes ou nos julgamentos em relação às mulheres. A autora fundamenta seu raciocínio com exemplos atuais de fatos diariamente vivenciados pelas mulheres, e que a violência de gênero é uma prática antiga, refletindo também a opressão masculina.

Conforme Saffioti (1994), “no quadro atual, ser mulher não apenas é diferente de ser homem, como também implica inferioridade, desvalorização, opressão” (p.277), resultando dessa maneira na conversão das diferenças entre homens e mulheres em desigualdades.

Para Saffioti (2004), “o importante a reter é que a base material do patriarcado não foi destruída, não obstante os avanços femininos, quer na área profissional, quer na representação do parlamento brasileiro e demais postos eletivos políticos” (p. 106). A análise da autora considera que mesmo diante das conquistas femininas, evidenciadas na trajetória do movimento feminista, rumo ao enfrentamento das desigualdades entre homens e mulheres, a contradição fundante presente no capitalismo (capital versus trabalho) não pode ser relativizada.

A discussão acima tem sido reconhecida como a tendência de reflexão intitulada de “feminismo marxista”. Neste sentido, Nascimento (2012), localizando as contribuições de Saffioti (2004), salienta os aspectos que tornam contemporâneos o patriarcado e o capitalismo. Para a autora,

O patriarcado, com a cultura especial que gera e sua correspondente estrutura de poder, penetrou em todas as esferas da vida social. O capitalismo também mercantilizou todas as relações sociais, nelas incluídas as chamadas específicas de gênero (SAFFIOTI, 2004, p. 125-126 apud NASCIMENTO, 2012, p.21).

Para Saffioti (2013), a inferiorização social das mulheres não foi gerada pelo capitalismo, mas ressalta que esse sistema usufrui as desvantagens sociais experimentadas pelas mulheres. Nesse sentido, considera-se que as produções do “feminismo marxista” são importantes para explicar a condição subalterna das mulheres, no interior das relações sociais no sistema capitalista, indicando dessa maneira a dimensão material na reiteração das desigualdades de gênero.

Conforme Saffioti (2013), de fato, no início do capitalismo industrial, foi registrado, nas funções fabris, o assalariamento de tão grandes contingentes

femininos e infantis que Marx não pôde deixar de notar que “o trabalho da mulher e da criança foi o primeiro brado da aplicação capitalista da maquinaria” (MARX, 1946, p. 323 apud SAFFIOTI, 2013, p. 69). A autora esclarece que, com o advento das máquinas, a utilização da força física torna-se pouco necessária, permitindo empregar indivíduos que dispõem de reduzida força muscular ou não completaram o desenvolvimento de seu organismo, mas que possuem grande flexibilidade, propiciando dessa forma o trabalho feminino e infantil.

De acordo com a autora, na sociedade de classes, o trabalho³⁷ gera um valor do qual o indivíduo não se apropria inteiramente, seja homem ou mulher. No entanto, a mulher se apropria de menor parcela dos produtos de seu trabalho do que o faz o homem. Para Saffioti (2013), “é óbvio, portanto, que a mulher sofre mais diretamente do que o homem os efeitos da apropriação privada dos frutos do trabalho social” (SAFFIOTI, 2013, p. 73).

A produção acadêmica brasileira sobre a mulher e o trabalho tem o texto pioneiro de Saffioti intitulado “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade” como um marco por ter trazido para dentro do debate marxista nacional o tema da opressão da mulher. Discussão que se consolidava nos países europeus e nos Estados Unidos.

A autora será uma das principais porta-vozes, junto com Mary Castro, na difusão do movimento feminista orientado pela teoria social crítica de Marx, no Brasil. A expressão concreta desta tendência é a proposta de articulação dialética das categorias gênero, classe social, raça/etnia. De acordo com Saffioti (2013), no sistema capitalista, características como, por exemplo, o sexo e a raça/etnia, não hegemônicos tornam-se mecanismos que funcionam como desvantagem no processo de produção capitalista, atuando de forma oportuna para a manutenção da estrutura de classes.

As reflexões apontadas pela autora demonstram que a inferiorização social da mulher e do não branco, particularmente do negro, interfere de forma positiva para a reprodução das desigualdades. Conforme Saffioti (2013), no

³⁷ Para Marx, na base da atividade econômica está o trabalho, através do qual é possível produzir bens, satisfazer necessidades, criar valores. O trabalho funda a sociabilidade humana, na medida em que funciona como elemento diferenciador entre o ser natural e o ser social.

modo capitalista de produção, não é explícita somente a natureza dos fatores que promovem a divisão da sociedade em classes sociais, como também utiliza-se da tradição para justificar a marginalização de determinados setores da população do sistema produtivo. Desse modo, “é que o sexo, fator de há muito selecionado como fonte de inferiorização social da mulher, passa a interferir de modo positivo para a atualização da sociedade competitiva, na constituição das classes sociais” (SAFFIOTI, 2013, p. 66).

No contexto dessa orientação teórico-metodológica, que articula feminismo e marxismo, Castro (2000) compartilha dessa perspectiva e argumenta que, tanto no marxismo como no feminismo, haveria a preocupação em questionar as “relações desiguais socialmente construídas e reconstruídas em embates de poder” (CASTRO, 2000, p. 99).

A compreensão de que as desigualdades estão na base do processo de formação do sistema capitalista e que a mulher encontra-se em uma posição de dupla desvantagem nesse sistema são fatores importantes para a análise da condição feminina na sociedade de classes, tarefa assumida pela perspectiva teórica que vincula o feminismo ao marxismo.

Nesse sentido, Álvares e D’Incao (1995, p. XI) esclarecem que,

As abordagens das feministas marxistas, guiadas pela teoria da história, baseavam-se nas teorias existentes sobre o duplo sistema (patriarcado e capitalismo, separados mas em interação) e nos modos de produção, reportando-se ao fato de que a subordinação antecede o capitalismo (as origens e transformações dos sistemas de gênero encontram-se fora da divisão sexual do trabalho), continuando sob o capitalismo.

A partir das análises dos autores, pode-se apreender que a aproximação teórica entre o feminismo e o marxismo qualifica duas dimensões de análise fundamental para as Ciências Sociais, e que, por muito tempo, foi alvo de separação apesar de Engels ter reconhecido no livro “As origens do Estado, da Família e da Propriedade Privada” que a primeira desigualdade foi a desigualdade entre homens e mulheres.

A relação entre o marxismo e o feminismo é importante também para a trajetória do feminismo, quer como conhecimento teórico quer como prática revolucionária, uma vez que a teoria social de Marx e Engels, enquanto aporte teórico e político contribui para a desnaturalização de todo sujeito dominado

pelas estruturas de poder construídas socialmente. O marxismo provocou profundas mudanças no campo das práticas sociais, e o feminismo a ele aliado se fortaleceu como teoria e movimento.

O “marxismo feminista”, assume a condição econômica ou a classe social no contexto de uma multiplicidade de determinantes, afirmando que o sujeito se constitui em gênero, raça/etnia e classe, o que, conforme Araújo (2000), implica apreender dialeticamente a realidade analisando suas contradições em uma perspectiva de totalidade.

Nesse sentido, o debate sobre patriarcado e gênero, enquanto conceito e categoria relevantes na análise das relações entre homens e mulheres, tem adquirido algumas particularidades, uma vez que muitas intelectuais feministas têm defendido que o conceito de patriarcado contempla mais a proposta da classe social do que a categoria de gênero, já que esta se apresenta de forma mais genérica.

Saffioti e Castro têm procurado esclarecer os limites e as possibilidades dos usos dessas duas ferramentas, chamando a atenção para os usos ideológicos da categoria gênero pelos representantes do capital, especialmente de organismos internacionais como o Banco Mundial, todavia, defendem que a dimensão de gênero é universal e trans- histórica, enquanto o patriarcado é histórico, pois data do aparecimento da propriedade privada. Assim, eles não são excludentes. Como organização social, o patriarcado expressa uma relação de gênero pautada na desigualdade, contudo o gênero cabe tanto nas organizações estruturadas pela desigualdade como pela igualdade, como veremos a seguir.

2. 3 A categoria de Gênero

Antes de dar início à discussão sobre o gênero, enquanto categoria de análise das relações sociais, considera-se relevante elucidar a distinção histórico-conceitual entre *mulher* e gênero, na medida em que os resultados desta dissertação indicam que os termos ainda podem ser vistos como sinônimos.

De acordo com Barbieri (1993), foi no contexto dos movimentos feministas, ressurgidos no anos 1960, que passa a ser exigido do movimento a compreensão e a explicação da condição de subordinação das mulheres.

Conforme a autora, uma das primeiras propostas colocadas pelo movimento feminista da época identificou “a subordinação feminina como produto da ordem patriarcal, tomando a categoria patriarcado de Max Weber” (BARBIERI, 1993, p. 02).

A autora ressalta que, de forma paralela à essa “visão totalizadora do patriarcado”³⁸, um contingente de mulheres acadêmicas, de diferentes países, iniciava um processo de produção de conhecimento sobre as condições de vida das mulheres, suas contribuições para a sociedade e para a cultura, ou seja, fazê-las visíveis na história. Segundo Barbieri (1993, p. 03), em princípio, foi a partir do reconhecimento das carências de informação e reflexão sobre as mulheres que surgem “nos centros acadêmicos e organizações não governamentais, os projetos, programas, institutos e centros de ‘estudos sobre a mulher’ ou ‘sobre as mulheres’ ”.

Nas palavras de Barbieri (1993),

O emprego da palavra *mulher* no singular ou no plural não é teoricamente irrelevante, pois a *mulher* faz referência a uma essência feminina única (o eterno feminino), ahistórica, de raiz um tanto biológica como metafísica. Enquanto que *as mulheres* expressa a diversidade e historicidade de situações nas quais se encontram as mulheres” (BARBIERI, 1993, p. 16).

A autora salienta que, a partir do surgimento dos “estudos sobre as mulheres”, duas posturas diferentes de investigação³⁹ têm recebido investimento acadêmico, no sentido de “construir objetos de estudo a partir de recortes da realidade empiricamente observáveis, (...) tratava-se de ir definindo pouco a pouco o sexo social” (BARBIERI, 1993, p. 03). Dessa maneira, observa-se que a intenção de tais pesquisas consistia em oferecer explicações coerentes às descobertas relacionadas à sociedade dividida em sexos.

Conforme Barbieri (1993), os estudos que defendiam a premissa de que é na sociedade concreta que se produz a subordinação das mulheres, acreditavam que era necessário ter um objeto de estudo mais amplo, ou seja, “uma análise das relações mulher-homem, mulher-mulher e homem-homem

³⁸ Para Barbieri (1993, p.03), embora os elementos constitutivos do sistema patriarcal não tenham sido precisados, o conceito rapidamente se estendeu e foi incorporado pelo discurso político e pelo fazer acadêmico.

³⁹ Uma postura centraliza nas mulheres o objeto de estudo, no sentido de gerar, acumular e revisar informações sobre as condições de vida e trabalho das mulheres; e a outra postura privilegia a sociedade, suas formas de organização e funcionamento, como produtora da subordinação das mulheres (Barbieri, 1993, p. 03).

em todos os níveis, âmbitos e tempos” (BARBIERI, 1993, p. 04). Nesse sentido, a autora afirma que,

é nessa busca que surge e se expande o conceito de gênero como categoria que no social, corresponde ao sexo anatômico e fisiológico das ciências biológicas. O gênero é o sexo socialmente construído” (BARBIERI, 1993, p. 04).

Considerando as reflexões colocadas pela autora pode-se apreender que, foi a partir dos estudos sobre a mulher e sua condição na sociedade que novos caminhos foram abertos em direção a uma visão mais ampla das relações entre homens e mulheres, colaborando dessa forma para o surgimento da categoria gênero e sua dimensão relacional.

Os estudos de gênero surgem inseridos no movimento feminista intelectualizado, particularmente, sob a influência de feministas acadêmicas, entre as décadas de 1970 e 1980. Nesse momento, a categoria gênero surge como um instrumento de análise que explica que a origem da dominação e exploração das mulheres pelos homens não é produto da natureza masculina, mas de relações sociais que são definidas e redefinidas ao longo da história.

Scott (1995), em seu artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, inicia a discussão resgatando a história sobre a utilização do termo gênero, inicialmente entre as feministas americanas. A autora afirma que estas feministas pretendiam “ênfatar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como ‘sexo’ ou ‘diferença sexual’ ” (SCOTT, 1995, p. 72).

De acordo com a autora, o termo gênero enfatizava também o aspecto relacional entre os sexos, contemplando igualmente as feministas que se preocupavam com a produção de estudos focalizados somente nas mulheres (Scott, 1995, p. 72). Destaca-se nesse momento a compreensão de que homens e mulheres “eram definidos em termos recíprocos e não se poderia compreender qualquer um dos sexos por meio de um estudo inteiramente separado” (SCOTT, 1995, p. 72).

Ainda de acordo com Scott (1995, p. 73), as pesquisadoras feministas que tinham uma visão política não fragmentada compreendiam que as categorias gênero, classe e raça eram decisivas para a escrita de uma nova

história, em que a experiência das mulheres fosse incluída. Desse modo, pode-se dizer que o interesse por essas categorias demonstra tanto o envolvimento do/a pesquisador “com a história que incluía as narrativas dos/as oprimidos e uma análise do sentido e da natureza de sua opressão” quanto com “uma compreensão de que as desigualdades de poder estão organizadas ao longo de, no mínimo, três eixos” (SCOTT, 1995, p. 73).

Um aspecto importante mencionado pela autora foi em relação à questão do gênero, na sua utilização mais simples, ser sinônimo de *mulher*. Na opinião da autora, o uso do termo gênero possui uma conotação mais objetiva e neutra do que *mulher*, compartilhando do entedimento de Saffioti (2004, p. 138), para qual gênero trata-se de um conceito mais “palatável” e “pretensamente neutro”, daí o uso político pelos representantes do capital, conforme destacou-se anteriormente.

Scott (1995) analisa as três principais posições teóricas utilizadas na tentativa de compreender as desigualdades entre homens e mulheres. As teses do patriarcado, as abordagens das feministas marxistas e a teoria psicanalítica⁴⁰ compõem o quadro das teorias que procuram explicar o processo desigualdade, opressão e subordinação vivenciado pelas mulheres.

Ao refletir sobre a preocupação teórica em definir o gênero como uma categoria de análise, Scott (1995) afirma que:

O termo ‘gênero’ faz parte da tentativa empreendida pelas feministas contemporâneas para reivindicar um certo terreno de definição, para sublinhar a incapacidade das teorias existentes para explicar as persistentes desigualdades entre as mulheres e os homens (SCOTT, 1995, p. 85).

Observa-se que a autora, ao propor a utilização do gênero como uma categoria útil de análise histórica, preocupa-se em resgatar a trajetória dos estudos e correntes teóricas sobre essa temática, desde o momento em que o gênero emergiu, enquanto categoria analítica, no final do século XX. Partindo da revisão desses estudos, a autora finaliza o seu artigo expondo a sua definição de gênero, afirmando que “o gênero é um elemento constitutivo de

⁴⁰ De acordo com Álvares e D’Incao (1995, p. XI), as explicações contidas na teoria psicanalítica estão embasadas em duas escolas: a anglo-americana fundamentada nas teorias do objeto, e a francesa fundamentada nas teorias do estruturalismo e pós-estruturalismo de Freud.

relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos”, apresentando-se também como “uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86).

Neste sentido, a obra de Joan Scott (1995)⁴¹ é considerada de grande relevância para os estudos de gênero no Brasil a partir da década de 1980. Referindo-se à obra de Scott (1995), Kofes (1993) apreende que gênero seria o conhecimento sobre a diferença sexual. Nas palavras dessa autora, esse conhecimento refere-se “não apenas às ideias, mas também às instituições e estruturas, práticas cotidianas, rituais, enfim, tudo aquilo que constituiria as relações sociais” (KOFES, 1993, p. 21). Ainda analisando o artigo de Scott (1995), Kofes (1993, p. 21) interpreta que as diferenças entre os sexos constituem um aspecto primário da organização em sociedade, e que estas diferenças são fundamentalmente culturais.

De acordo com Saffioti⁴² (2004, p.45), gênero não se resume a uma categoria de análise, pois funciona também como uma categoria histórica. A autora ressalta que, apesar de cada feminista enfatizar um determinado aspecto do gênero, há um campo de consenso, já que “o gênero é a construção social do masculino e do feminino”.

As expressões “gênero” e “relações de gênero” têm sido muito difundidas desde o final da década de 1980, mas, de acordo com Saffioti (1999), o sentido social e político das expressões se encontra em Simone de Beauvoir⁴³ que, em sua célebre frase: “Ninguém nasce mulher, mas se torna mulher”, luta contra o essencialismo biológico e apresenta os fundamentos do conceito de gênero.

Em seu texto sobre os primórdios do conceito de gênero⁴⁴, a autora acredita que a primeira manifestação do conceito de gênero tenha sido expressa nessa frase, já que “é preciso aprender a ser mulher, uma vez que o feminino não é dado pela biologia, ou mais simplesmente pela anatomia, e sim construído pela sociedade” (Saffioti, 1999, p.160).

⁴¹ Joan Scott é historiadora norte-americana, especialista na história do movimento operário no século XIX e do feminismo na França. É uma das mais importantes teóricas sobre o uso da categoria gênero em história.

⁴² Heleieth Saffioti, socióloga e feminista, é reconhecida nacionalmente e internacionalmente como uma das mais importantes pesquisadoras sobre a questão de gênero no Brasil.

⁴³ Filósofa e escritora francesa considerada referência nos estudos sobre mulher e gênero através de sua obra “O Segundo Sexo”, publicada em 1949.

⁴⁴ Saffioti, Heleieth. Primórdios do conceito de gênero. In: Cadernos Pagu – Simone de Beauvoir e os feminismos do século XX. Campinas, 1999.

Para Saffioti (2004), o gênero como relação social é universal⁴⁵, ou seja, está presente na história da humanidade, o que muda é a forma. Ele tanto pode contemplar relações de igualdade como de desigualdade entre os sujeitos. Já o patriarcado, conceito privilegiado nas discussões sobre mulher antes da década de 1980, é específico dos últimos seis ou sete milênios e sempre implica relação desigual, expressa na dominação e exploração dos homens sobre as mulheres.

Considerando as particularidades do conceito de patriarcado e da categoria gênero, influenciadas pelos contextos históricos em que os estudos se desenvolveram respectivamente, compreende-se que o uso do conceito de patriarcado implica necessariamente desigualdade e hierarquia entre os sexos, em que a mulher encontra-se subordinada ao homem. No entanto, em relação à categoria gênero, admitem-se relações de igualdade entre homens e mulheres, como sinaliza Saffioti (2004): “o conceito de gênero não explicita, necessariamente desigualdades entre homens e mulheres, muitas vezes a hierarquia é apenas presumida.” (SAFFIOTI, 2004, p.47).

Publicada em 1949, a obra intitulada “O Segundo Sexo”, de Simone de Beauvoir⁴⁶, foi considerada como revolucionária na percepção da mulher na sociedade. Segundo Sardenberg (2002), Beauvoir, foi a precursora do chamado feminismo radical⁴⁷, essa corrente teórica tinha como objeto central o sistema patriarcal, “a preocupação era com a questão da opressão das mulheres pelos homens. As análises enfatizavam o ‘modo de reprodução’, a família, a questão da sexualidade, da violência sexual e dos direitos sobre o corpo” (SARDENBERG, 2002, p.09).

Retomando a discussão sobre Beauvoir, a autora, ao realizar um estudo sistemático sobre a questão da mulher e as relações de gênero, marca o domínio do patriarcado e expressa suas críticas em relação à sociedade patriarcal da época, a qual estava estruturada por diversos *mitos*.

⁴⁵ Segundo Sardenberg (2002, p. 07), “gênero permite-nos abarcar, tanto certas tendências universais em relação ao masculino e feminino, como as especificidades históricas e culturais. Permite-nos pensar “a mulher” e mulheres e homens como construções históricas”.

⁴⁶ Filósofa e feminista francesa considerada referência nos estudos sobre mulher, gênero e para o movimento feminista no mundo.

⁴⁷ Em seu texto, a referida autora faz referência à três correntes teóricas: o feminismo liberal, o feminismo socialista e o feminismo radical. Para um maior aprofundamento, ver Sardenberg (2002).

Dentre os mitos analisados pela autora pode-se destacar: O *mito de Eva* e o *mito de Maria*, ambos construídos e utilizados pela Igreja católica para justificar as representações sociais do sexo feminino. O *mito de Eva*⁴⁸ serviu para manter a mulher afastada do mundo público, por ser vista como traiçoeira, mentirosa e portadora do pecado. Neste mito, a mulher é desprezada e colocada como uma ameaça.

O contraponto desta referência de mulher encontra-se no *mito de Maria*⁴⁹, em que o modelo a ser seguido era o de mulher dócil, pura e obediente. Estas análises de Beauvoir (1967) permitem observar como os *mitos* sustentaram durante um longo período as desigualdades entre homens e mulheres e os costumes. Enquanto práticas sociais passam a ser normas que posteriormente foram institucionalizadas.

Ao criticar o determinismo biológico, a autora explora os *mitos* como produtores e reprodutores das desigualdades entre os sexos. Beauvoir (1967) enfatiza a biologia como eixo detonador da questão da mulher e de gênero, dentro de uma perspectiva de desigualdade, como observa-se em trechos de sua obra: “a mulher está sujeita à espécie”; “a mulher se projeta na sombra do homem”; “os trabalhos domésticos são os únicos compatíveis com a maternidade”; “a mulher é dada às subjetividades”; “o corpo não define a posição social da mulher” (Beauvoir, 1967).

A importância da obra de Beauvoir (1967) encontra-se no seu pioneirismo em abordar a condição das mulheres como sujeito social secundário ao longo da história. É necessário recordar que Simone de Beauvoir escreveu sua principal obra na década de 1950, período marcado pela visibilidade de mulheres conservadoras, abordando questões bastante polêmicas como a desconstrução do mito da maternidade, a questão da virgindade e o tabu da masturbação feminina. Álvares (2014, p. 07) afirma que “para a teoria feminista ‘O Segundo Sexo’ (1949) se torna um dos bastiões da crítica à condição de opressão das mulheres” e uma ousadia intelectual e política de Simone de Beauvoir.

⁴⁸ O mito de Eva foi inspirado na história da criação do mundo. A mulher teria surgido do flanco de Adão, tendo como destino acompanhá-lo, ocupando dessa forma um papel coadjuvante no mundo.

⁴⁹ O mito de Maria consistia na idealização do sexo feminino, baseada no exemplo de mãe (de Jesus) e de filha (de Deus) que Maria representava.

Tratando-se do conceito de gênero, Saffioti (1994, p. 272) defende que o acervo de teorias, acumulado em três décadas de estudos feministas⁵⁰, permite compreender o gênero como uma construção social. Ao contrário do que denomina de *posições essencialistas*⁵¹, pautadas na natureza biológica, a autora considera as diferenças entre homens e mulheres “como fruto de uma convivência social mediada pela cultura”, referindo-se à relação entre sujeitos historicamente situados. Para Sardenberg (2002), a perspectiva essencialista “baseia-se na noção de uma identidade feminina universal e de que exista algo como uma essência feminina que seja eterna” (SARDENBERG, 2002, p. 10).

Segundo Saffioti (1994), o conceito de gênero nasce a partir da necessidade de compreender como a subordinação feminina é reproduzida e como a superioridade masculina é sustentada em suas diversas manifestações. Araújo (2000) chama a atenção para o aspecto relacional contido na categoria gênero, ao afirmar que:

Gênero é relacional e, nesse sentido, um gênero só existe em relação com o outro. Essa característica permite considerar que tanto o processo de dominação quanto o de emancipação envolvem relações de interação, conflito e poder entre homens e mulheres (ARAÚJO, 2000, p. 69).

Sabe-se que o gênero compõe uma das dimensões fundamentais das relações sociais, estabelecendo uma articulação dialética com classe social, raça/etnia e geração. A articulação dessas categorias permite, desse modo, avaliar a dinâmica de dominação e da desigualdade social de forma mais geral.

Essa perspectiva de análise permite situar, histórica e materialmente, a gênese do processo de naturalização da subordinação feminina, processo esse determinado nas e pelas relações sociais, em contextos socioeconômicos específicos.

As discussões apresentadas em relação à temática de patriarcado e gênero remetem a uma outra categoria relevante na discussão da relação desigual entre homens e mulheres, qual seja: a categoria divisão sexual do trabalho.

⁵⁰ Para Saffioti (2004, p. 46), o conteúdo das teses feministas pode ser resumido em igualdade social para ambas as categorias de sexo.

⁵¹ Saffioti (1994) menciona a fase histórica de *a biologia é o destino*, que surgiu na década de 1980, em que a mulher estava vinculada à natureza e o homem à cultura, denotando uma posição altamente conservadora, na medida em que essa fase é superada, defende-se que gênero não é um atributo essencial dos indivíduos e sim uma construção social.

2. 4 Notas sobre a Divisão Sexual do Trabalho

A divisão sexual do trabalho pode ser compreendida como uma das expressões concretas das desigualdades entre homens e mulheres. Nesse sentido, as relações de gênero nos permitem identificar como os significados atribuídos ao masculino e ao feminino possuem rebatimentos no mundo do trabalho.

A divisão sexual do trabalho está intimamente relacionada ao modo de produção capitalista e caracteriza-se como uma das formas de exploração do capital sobre o trabalho. Por meio dessa divisão os trabalhos de homens e mulheres são hierarquizados, conferindo às mulheres os trabalhos mais precarizados e desvalorizados. Entende-se que, a subordinação da mulher no mundo do trabalho está vinculada à naturalização de papéis e funções femininas.

A partir do surgimento da propriedade privada dos meios de produção, as relações materiais da sociedade e todos os demais aspectos da vida humana sofrem uma transformação. Nesse momento, a divisão sexual do trabalho é intensificada, juntamente com o trabalho produtivo da mulher, conforme Lavinias e Castro (1992, p. 237), “é sob o capitalismo que, pela primeira vez, a mão-de-obra feminina é objeto de remuneração”.

De acordo com Kergoat (2003, p. 02), uma das referências nos estudos sobre a divisão sexual do trabalho, foi a partir dos anos 1970 que houve na França⁵², sob o impulso do movimento feminista, uma série de trabalhos que tratavam das bases teóricas do conceito de divisão sexual do trabalho. Naquele momento, o movimento feminista questionava a invisibilidade do trabalho doméstico considerando a articulação das atividades desenvolvidas na esfera doméstica e na esfera profissional.

Ao tratar sobre a divisão sexual do trabalho, Kergoat (2003), afirma que “ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social” (KERGOAT, 2003, p. 01).

⁵² Segundo Hirata e Kergoat (2007), o conceito de divisão sexual do trabalho foi objeto de trabalhos precursores em diversos países, mas foi na França, que as bases teóricas desse conceito foram construídas.

Para Hirata e Kergoat (2007, p. 596), falar em termos de divisão sexual do trabalho é ir além da simples constatação de desigualdades entre os sexos, é mostrar que essas desigualdades são sistemáticas e que a sociedade as utiliza para hierarquizar as atividades, e conseqüentemente os sexos.

Nesse sentido, as autoras procuram compreender a gênese dessas desigualdades, fazendo referência à natureza desse sistema que dá origem a elas. Inicialmente, sob o impulso do movimento feminista, tratava-se de denunciar o não-reconhecimento do trabalho doméstico e de repensar o “trabalho”.

Segundo as autoras, a ideia consistia em considerar o trabalho doméstico enquanto um “trabalho”. Conforme Hirata e Kergoat (2007, p. 597),

Foi com a tomada de consciência de uma “opressão” específica que teve início o movimento das mulheres: torna-se então coletivamente “evidente” que uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres, que esse trabalho é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno.

Pouco a pouco, as análises passaram a abordar o trabalho doméstico como atividade de trabalho tanto quanto o trabalho profissional. Isso permitiu considerar “simultaneamente” as atividades desenvolvidas na esfera doméstica e na esfera profissional, o que abriu caminho para se pensar em termos de “divisão sexual do trabalho”(Hirata e Kergoat, 2007, p.597).

Assim, inicialmente, a divisão sexual do trabalho tinha o estatuto de articulação de duas esferas. Porém, essa noção de articulação logo se mostra insuficiente, o que nos levou a um segundo nível de análise: a conceitualização dessa relação social recorrente entre o grupo dos homens e o das mulheres. Essa foi a origem do que nós, francesas, chamamos de “relações sociais de sexo” (Hirata e Kegoat, 2007, p.598).

Kergoat (2003), ao sistematizar o conceito de divisão sexual do trabalho, considera que existem dois princípios organizadores desta divisão, sendo o primeiro baseado na ideia de separação entre o que é considerado trabalho de homens e de mulheres. O segundo princípio é o da hierarquia, em que os trabalhos masculinos são mais valorizados que os trabalhos femininos. Tais princípios têm na esfera biológica a sua fundamentação.

Desse modo, a autora esclarece que,

As condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas são antes de tudo construções *sociais*.

Homens e mulheres não são uma coleção – ou duas coleções – de indivíduos biologicamente distintos. Eles formam dois grupos sociais que estão engajados em uma relação social específica: as relações sociais de sexo. Estas, como todas as relações sociais, têm uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem através da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, de maneira concisa: divisão sexual do trabalho (KERGOAT, 2003, p. 01).

No entanto, a autora evidencia que a divisão sexual do trabalho “não é um dado rígido e imutável” por ser uma construção social, resultado de relações sociais específicas, que sofrem variações no tempo e no espaço. Em outras palavras, significa que em determinadas sociedades certas atividades reconhecidamente masculinas ou femininas podem ser diferentes em outras. Kergoat (2003, p. 02) afirma que “problematizar em termos de divisão sexual do trabalho não remete, portanto, a um pensamento determinista; ao contrário, trata-se de pensar a dialética entre invariantes e variações”.

No que se refere à análise sobre a divisão sexual do trabalho e seus rebatimentos nas esferas da produção e reprodução, Nogueira (2006, p. 211) ressalta que:

As relações sociais de gênero, entendidas como relações desiguais, hierarquizadas, assimétricas ou contraditórias, seja pela exploração da relação capital/trabalho, seja pela dominação masculina sobre a feminina, expressam a articulação fundamental da produção/reprodução.

A autora apresenta um estudo sobre as trabalhadoras do *telemarketing* procurando expor a influência da hierarquia de gênero, no sentido da desvalorização, desqualificação e da precarização da força de trabalho feminina. Nogueira (2006) denomina a dupla jornada de trabalho a que essas mulheres estão submetidas de trabalho duplicado, frisando que a situação vivenciada pelas operadoras dos *call centers* é de exploração no espaço produtivo e opressão no ambiente reprodutivo.

Para Nogueira (2006), a combinação da dupla jornada de trabalho com os baixos salários tem contribuído para o quadro de precarização na inserção da mulher no mundo produtivo. Em relação ao trabalho doméstico, Nogueira (2006) adverte que este “é mais desvalorizado socialmente, encontrando-se associado ao sexo feminino por ser entendido, pela sociedade conservadora, que cabe à mulher os cuidados com a reprodução e com a manutenção da família” (NOGUEIRA, 2006, p. 217).

Observa-se que, a inserção da mulher no mercado de trabalho não significou uma ruptura com a sua responsabilização com as atividades domésticas e com o encargo da reprodução social. Portanto, as atividades domésticas permanecem sob a responsabilidade direta ou indireta da mulher.

Considerando a expansão do trabalho feminino para além do espaço reprodutivo, aliada à situação de precarização, tem-se a análise de Antunes (2009), que traz elementos sobre a questão do gênero no trabalho, articulando-a com as questões de classe. No que diz respeito à divisão sexual do trabalho, o autor aborda as transversalidades entre as dimensões de classe e gênero, ao afirmar que:

As relações entre gênero e classe nos permitem constatar que, no universo do mundo produtivo e reprodutivo, vivenciamos também a efetivação de uma construção social sexuada, onde os homens e as mulheres que trabalham são, desde a família e a escola, diferentemente qualificados e capacitados para o ingresso no mercado de trabalho. E o capitalismo tem sabido apropriar-se desigualmente dessa divisão sexual do trabalho (ANTUNES, 2009, p. 109).

Para Antunes (2009), é evidente que nas últimas décadas houve a expansão do trabalho femininino no mundo produtivo, no entanto, esse aumento é parte do processo de emancipação *parcial* das mulheres, “tanto em relação à sociedade de classes quanto às inúmeras formas de opressão masculina, que se fundamentam na tradicional divisão social e sexual do trabalho” (ANTUNES, 2009, p. 109). Nesse sentido, o autor traz uma importante contribuição para o entendimento de que a opressão de gênero antecede o regime capitalista, ao afirmar que a luta das mulheres por sua emancipação,

É uma ação contra as formas histórico-sociais da opressão masculina. Nesse domínio, a luta feminista emancipatória é pré-capitalista, encontra vigência sob o domínio do capital; será também pós-capitalista, pois o fim da sociedade de classes não significa direta e imediatamente o fim da opressão de gênero (ANTUNES, 2009, p. 110).

A despeito dessa tendência à ascensão da mulher nas esferas públicas, suas atribuições no âmbito privado permanecem. Os encargos de reprodução, socialização e trabalho doméstico somam-se às novas atribuições, como por exemplo, a chefia familiar feminina, na qual a mulher agrega ao papel de provedora afetiva, a condição de provedora econômica, conforme chamam a atenção os estudos estatísticos difundidos.

Conforme Cisne (2012), a existência de atividades e profissões consideradas femininas ou masculinas não são resultados de um processo espontâneo, muito menos natural. São resultado de construções sociais determinadas pelos interesses dominantes do sistema patriarcal capitalista. A divisão sexual do trabalho, para Cisne (2012), é resultado de um sistema patriarcal capitalista.

Segundo Cisne (2012), a condição de subalternidade e desvalorização conferidas historicamente às mulheres se reflete nas suas ocupações, percebidas também em profissões de nível superior, como o Serviço Social, “que possui baixo prestígio social e remuneração sempre menor quando comparada a atividades similares comumente desenvolvidas por homens” (CISNE, 2012, p. 134-135).

Desigualdade salarial, de condições de trabalho e a divisão do trabalho doméstico não se modificaram, a despeito de uma maior inserção da mulher no mercado de trabalho. Pode-se perceber os avanços e permanências em termos de desigualdades sobre o trabalho das mulheres.

3 Gênero nas produções dos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS (2000 - 2012)

3.1 Serviço Social e Produção Intelectual

Antes de inserir a exposição e as análises sobre a produção do ENPESS relativo ao gênero no período de 2000 a 2012, cabe destacar alguns escritos sobre a trajetória da pós-graduação strito senso no Serviço Social brasileiro e algumas obras que destacaram a relação entre a área com o tema da mulher e do gênero. O livro organizado por Carvalho e Silva (2005), intitulado “Serviço Social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil”, chama a atenção para a trajetória da profissão e a expansão da pós-graduação em Serviço Social no Brasil, processo que teve início após os anos 1970.

De acordo com as autoras, a tradição conservadora, que embasou e determinou historicamente o Serviço Social no período de sua profissionalização, pensamento esse mediado principalmente pelo ideário católico, caracterizando os anos iniciais do Serviço Social brasileiro segundo o conservadorismo católico. Nesse momento, a Igreja Católica interpreta a

“questão social” como um problema moral e religioso. A partir dos anos 1940, o Serviço Social brasileiro começa a “buscar o aprimoramento técnico pelo contato com o Serviço Social norte-americano e suas propostas de trabalho permeadas pela teoria social positivista” (YASBEK; SILVA, 2005, p 26).

Conforme Yasbek e Silva (2005), a perspectiva positivista,

especialmente em sua orientação funcionalista, é absorvida pelo Serviço Social, configurando para a profissão propostas de trabalho ajustadoras e um perfil manipulatório, voltado para o aperfeiçoamento dos instrumentos e técnicas de intervenção (YASBEK; SILVA, 2005, p. 27).

No entanto, a partir da metade da década de 1960, o Serviço Social busca romper com o conservadorismo, desencadeando um amplo e diversificado processo de renovação, “e que se expressou em diferentes instâncias de ensino e pesquisa e nas organizações representativas dos assistentes sociais” (YASBEK; SILVA, 2005, p. 27). Segundo as autoras, esse movimento de renovação da profissão recebe a denominação de Movimento de Reconceituação⁵³ “e impõe aos assistentes sociais a necessidade de construção de um novo projeto comprometido com as demandas das classes subalternas, particularmente expressas em suas mobilizações” (YASBEK; SILVA, 2005, p. 28).

Conforme as autoras, é no âmbito deste movimento de questionamento às bases teórico-metodológicas da profissão que surge a interlocução do Serviço Social com a teoria social de Marx. Ainda de acordo com Yasbek e Silva (2005), nos anos subsequentes, a tradição marxista assume um papel central no Serviço Social, desenvolvendo-se nos anos 1980 e avançando nos anos 1990, permeando dessa maneira as ações voltadas para a formação de assistentes sociais no Brasil.

A aproximação teórica entre o Serviço Social e os principais teóricos marxistas⁵⁴ da época, segundo as autoras, expressa-se de diversas formas, mas merece destaque a produção teórica resultante da criação e expansão da Pós-graduação na área, a partir da década de 1970. Para Yasbek e Silva (2005),

No contexto, a emergência da Pós-graduação vai criar um espaço privilegiado de interlocução e diálogo do Serviço Social com as

⁵³Sobre o processo de renovação do Serviço Social, o qual teve no Movimento de Reconceituação um dos seus momentos mais expressivos, ver Netto (2007).

⁵⁴Conforme Yasbek e Silva (2005), os principais teóricos marxistas foram: Antonio Gramsci, Agnes Heller, Georg Lukács, E. P. Thompson e Eric Hobsbawm.

diferentes áreas do saber e entre diferentes tendências teórico-metodológicas que estão presentes no debate profissional (YASBEK; SILVA, 2005, p. 29).

As autoras evidenciam os desafios que se colocam na pós-graduação no Brasil e, especialmente, para a produção de conhecimento na área de Serviço Social. No entanto, as autoras identificam que houve avanços no Serviço Social brasileiro na atualidade, na medida em que ocorreu uma melhora em termos de qualidade na área da formação profissional, a partir do 1) desenvolvimento de um projeto profissional firmado em novas alternativas de intervenção; 2) da inserção do Serviço Social no contexto universitário; 3) do avanço da produção acadêmica e da pós-graduação, além de um significativo 4) progresso na participação dos assistentes sociais brasileiros em atividades de pesquisa e na produção de conhecimento (CARVALHO e SILVA, 2005, p. 134).

Desse modo, os assistentes sociais deixam de ser meros sujeitos da intervenção profissional e consumidores de teorias elaboradas por outras disciplinas profissionais. Nesse sentido, o Serviço Social passa a ser considerado, tanto na CAPES como no CNPq, área de conhecimento, situada no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas, tendo constituído critérios próprios de avaliação de projetos de pesquisas e de programas de pós-graduação, o que situa o Serviço Social brasileiro na dinâmica do fomento à pesquisa e à pós-graduação no país.

Conforme pesquisa realizada por Silva *et al.* (2005) sobre os eixos temáticos abordados na produção bibliográfica dos Programas de Pós-graduação na área de Serviço Social, as autoras destacam, na época, a importância que vinha sendo atribuída ao Eixo Temático Gênero/Violência e que em relação a gênero, os estudos frequentemente são realizados sobre mulher. Os resultados da pesquisa realizada por Silva *et al.* (2005) encontram apoio nas afirmações de Alves (2012, p.07) ao apontar que os estudos de gênero no âmbito do Serviço Social,

constituem parte fundamental da trajetória contemporânea da profissão, em que as produções refletem as preocupações da atual geração de assistentes sociais acerca do valor e da pertinência de gênero como categoria de análise e como campo de interesse acadêmico e de intervenção (ALVES, 2012, p. 07).

Todavia as produções expressas, principalmente em livros e periódicos de reconhecimento nacional, por muito tempo priorizaram as análises

relacionadas a questões macroestruturais em que categorias como gênero e raça/etnia apareciam como dependentes da classe social. Esta lacuna tem sido enfrentada na última década com a visibilidade de intelectuais feministas assistentes sociais que, ao denunciar a secundarização da violação dos direitos na perspectiva da diversidade social e sexual, conquistam lugar no disputado espaço das publicações.

Uma das primeiras expressões deste reconhecimento pode ser observada em 2010, na ocasião do 39º Encontro Nacional do conjunto CFESS/CRESS⁵⁵, em que foi deliberada a adequação de linguagem de gênero, passando a ser designado o Código de Ética do/a Assistente Social, adotando também em todo o texto a forma masculina e feminina, simultaneamente. Essa alteração vai além de uma mudança formal, significando “um posicionamento político, tendo em vista contribuir para negação do machismo na linguagem, principalmente por ser a categoria de assistentes sociais formada majoritariamente por mulheres” (Código de Ética Profissional, 2012, p. 13).

A ausência desse reconhecimento era preocupante na medida em que a profissão historicamente tem sido constituída majoritariamente por mulheres. Segundo IAMAMOTO (2011, p. 447), ao examinar o Censo do Ensino Superior (INEP/MEC, 2003 apud Iamamoto, 2011), dentre os cursos de graduação com os dez maiores percentuais de matrículas do sexo feminino no Brasil, em 2003, “os cursos de ‘Serviço Social e Orientação’ lideram os de maior percentual feminino. Eles detêm 93,8 % de matrículas do sexo feminino, enquanto que a média nacional é de 56,4% de matrículas femininas”. Em valores absolutos, significa dizer que do total de 31.963 (trinta e um mil e novecentos e sessenta e três) matrículas nos cursos de Serviço Social e Orientação, 30.001 (trinta mil e um) são do sexo feminino, como se observa no Quadro 1:

⁵⁵ O 39º Encontro Nacional CFESS/CRESS realizado em setembro de 2010 na cidade de Florianópolis (SC), foram discutidas e aprovadas as alterações no Código de Ética Profissional, incluindo as modificações na Lei de Regulamentação da Profissão, decorrentes da aprovação da Lei 12.317/10, que instituiu a jornada de trabalho de 30 horas semanais sem redução salarial para os (as) assistentes sociais.

Quadro 1: Cursos de graduação com os dez maiores percentuais de matrículas do sexo feminino - Brasil – 2003.

Classe	Total	Feminino	%
Brasil	3.887.771	2.193.763	56,4
Serviço Social e Orientação	31.986	30.001	93,8
Fonoaudiologia	13.963	12.969	92,9
Nutrição	32.556	30.221	92,8
Secretariado	16.937	15.681	92,6
Ciências Domésticas	1.351	1.231	91,1
Serviços de Beleza	277	252	91,0
Pedagogia	373.945	339.832	90,9
Psicologia	90.332	76.990	85,2
Enfermagem	92.134	77.997	84,7
Terapia e Reabilitação	7.225	6.051	83,8

Fonte: Iamamoto (2011) apud Deases/INEP/MEC - Censo do Ensino Superior 2003 (Resumo Técnico).

Observa-se no quadro acima que no ano de 2003 as mulheres representavam a maioria entre os matriculados no ensino superior no Brasil⁵⁶. De acordo com os dados oficiais, passados 10 (dez) anos da referida pesquisa as mulheres ainda representam a maioria dos estudantes de graduação no país, no entanto continuam a ocupar as mesmas profissões relacionadas ao cuidado e à educação⁵⁷, ratificando as representações do feminino presentes na sociedade.

Para a autora, esses dados demonstram que a questão da mulher “e/ou” de gênero constitui-se um dos determinantes essenciais para a compreensão do trabalho do assistente social, podendo ser verificado no “mercado e as condições de trabalho, a efetivação das competências e atribuições profissionais, a imagem social da profissão e os dilemas da identidade profissional” (IAMAMOTO, 2011, p. 447).

⁵⁶ De acordo com o Censo da Educação Superior 2013, divulgado pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), 55,5% dos matriculados nas instituições são mulheres, e dos alunos concluintes, 59,2% são mulheres (Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2014/09/ensino-superior-registra-mais-de-7-3-milhoes-de-estudantes>).

⁵⁷ Conforme o Censo da Educação Superior 2013, os cursos de: Pedagogia, Enfermagem, Serviço Social e Psicologia são os que possuem os maiores números de mulheres matriculadas.

Vale ainda registrar os estudos pioneiros⁵⁸ “Violência contra a mulher: quem mete a colher?”, de Marlise Vinagre Silva, publicado em 1992, e “Violência contra a mulher: determinações de classe e cultura”, de Suely de Sousa Almeida, publicado em 1986, que trouxeram a discussão de gênero para o Serviço Social, a partir de uma perspectiva de análise crítica, ao considerar que as relações sociais são construídas a partir de três eixos básicos: as relações de gênero, classe social e raça/etnia na esteira da produção de Saffioti e Castro, como já registrado.

Dentre os livros mais recentes produzidos na área, que remetem à relação entre o Serviço Social e a divisão social e sexual do trabalho, bem como a necessidade de problematizar a articulação da classe com o gênero, raça/etnia e geração, destaca-se Cisne (2012). A autora, a partir de sua análise sobre Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social⁵⁹, afirma que o estudo das relações sociais de gênero é de fundamental importância para o Serviço Social, tanto pela marca predominantemente feminina da profissão quanto pela condição de gênero atribuída ao seu público usuário, também, majoritariamente feminino.

Para a autora, ao trabalhar a relação entre Serviço Social e gênero, “ainda persistem elementos conservadores em torno das relações de gênero no exercício da profissão”. Ademais, não se desenvolveu, de forma generalizada, a percepção crítica das implicações da ‘marca de gênero’ no Serviço Social, o que dificulta o processo de renovação e valorização da profissão (CISNE, 2012, p. 135).

Outra produção é de Lisboa (2010) em seu artigo intitulado “Gênero, feminismo e Serviço Social - encontros e desencontros ao longo da história da profissão”. A autora afirma que foi em 1990 que o Serviço Social, aproximando-se dos movimentos feministas, passa a aderir às lutas das chamadas minorias, inserindo-se nas questões relativas à violência contra as mulheres, discriminação étnica, racial e cultural.

⁵⁸ Marlise Vinagre Silva, M^a Elena Ruschel Cançado e Suely Souza Almeida compunham a equipe que implantou o Serviço Social em delegacias policiais no Rio de Janeiro, na década de 1980. As autoras, enquanto docentes da Escola de Serviço Social da UFRJ, elaboraram o projeto de pesquisa intitulado “Violência contra a mulher de diferentes classes sociais na relação conjugal” (Vinagre Silva, 1992).

⁵⁹ Título da obra que é resultado de parte da dissertação de mestrado da autora, defendida no PPGSS- UFPE, em 2004, intitulada: “Serviço Social uma profissão de mulheres para mulheres? Uma análise crítica da categoria gênero na histórica feminização da profissão”.

A autora destaca que os núcleos de estudos e pesquisas sobre as temáticas de gênero e violência surgem em meados da década de 1990, em todo o Brasil, e que, a partir dos anos 2000, são propostos eixos específicos que contemplam a temática de gênero articulada ao Serviço Social nos encontros da categoria, tais como: CBAS e ENPESS.

Para Lisboa (2010), a aproximação teórica entre os estudos de gênero e o Serviço Social tem contribuído no processo de intervenção profissional. A autora afirma que:

O cotidiano profissional das(os) assistentes sociais tem se confrontado com um leque de situações que caracterizam exclusão, discriminação, exploração, opressão, desigualdade social, relações de poder, de violência, entre outras. De forma pulverizada, quando não isolada, algumas(uns) profissionais de Serviço Social têm se aproximado dos estudos de gênero e insistido na importância da transversalidade dessa categoria na mediação teórica sobre as demandas que surgem no cotidiano das práticas (LISBOA, 2010, p. 72).

A autora ressalta que, ao longo da história da profissão, uma categoria formada por 95% de profissionais do sexo feminino, que em seu cotidiano de intervenção atende majoritariamente mulheres, tem permanecido afastada das lutas mais expressivas dos movimentos feministas. Do ponto de vista da autora, esse comportamento configura um desencontro entre o Serviço Social e as questões de gênero.

Propondo-se a discutir e problematizar o processo de construção do conhecimento do Serviço Social e a prática profissional, Lisboa (2010) reitera a importância dos estudos de gênero, “e que no cotidiano das práticas possam incorporar reflexões teóricas que iluminem as demandas que surgem no exercício profissional (LISBOA, 2010, p. 73). A autora afirma que, no cotidiano de intervenção do assistente social, existe uma parcela significativa de demandas que perpassam a questão de gênero.

Veloso (2000) também procurou pesquisar sobre a utilização da categoria analítica gênero na produção de conhecimento em Serviço Social e considera fundamental que, no processo de formação dos assistentes sociais, o tema mulher “e/ou” relações de gênero seja aprofundado. O autor ressalta que a incorporação dessa categoria resultaria “na maior capacidade da (o) profissional de analisar os processos de formação da sociedade, das subjetividades, das ideologias, das diversas práticas sociais, econômicas e

políticas” (VELOSO, 2000, p.01), tendo como objetivo uma intervenção mais competente, crítica e eficaz.

A partir da pesquisa⁶⁰ realizada pelo autor, foi possível perceber as várias formas de utilização da categoria gênero na produção de conhecimentos em Serviço Social, apontando as diversas áreas temáticas às quais esta categoria é articulada e os numerosos fenômenos que se tenta analisar com o seu suporte analítico. Veloso (2000), conclui que:

a apropriação de tal categoria pelo Serviço Social é algo que já vem sendo demonstrado há algum tempo; por isso, nosso propósito não é o de reivindicar a sua utilização apenas porque pensamos que ela é importante, mas demonstrar exatamente qual é a sua importância, quais são as implicações de sua utilização, quais os avanços, enfim, a percepção de questões e problemas que só são identificáveis a partir de análises com recorte de gênero, ou seja, percebendo-se a dimensão de gênero presente em todas as esferas da vida social (VELOSO, 2000, p. 89).

Iamamoto (2011, p. 461), na condição de representante de área da CAPES, em 2011, identifica as tendências da pesquisa em Serviço Social. Ao utilizar os resultados da *Avaliação Trienal dos Programas de Pós-graduação da CAPES/MEC (2001-2003)* realizada em 2004, chega à conclusão de que até então o denominado eixo temático relativo à *Família, relações de gênero e geração: sociabilidade, violência e cidadania* aparece na quarta posição de prioridade da pesquisa na área⁶¹.

3. 2 Retrato e análise dos dados

Dos 3.508 (três mil e quinhentos e oito) trabalhos apresentados, nas modalidades comunicação oral e pôster, nos ENPESS ao longo do período de 2000 a 2012, constatou-se que 267 (duzentos e sessenta e sete) deles, ou seja, 8,7% tratavam sobre o tema mulher e gênero. Observou-se que a maioria dos trabalhos apresentados resulta de pesquisas em andamento ou em fase de

⁶⁰A pesquisa teve como fonte de dados: as dissertações e teses provenientes dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social; dos trabalhos apresentados nos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais – CBAS e nos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS; dos artigos publicados na Revista Serviço Social e Sociedade e nos Cadernos ABESS.

⁶¹ Conforme Iamamoto (2011), a pesquisa nesse eixo temático apresenta uma interface relevante com o tema que ocupa a terceira posição em destaque: Serviço Social, *Cultura e identidades: processos e práticas sociais*.

conclusão, em nível de projetos de iniciação científica (IC), mestrado, doutorado e pós-doutorado.

No ENPESS ocorrido em 2000, por exemplo, foram 22 (vinte e dois) trabalhos sobre a temática em questão, e 10 (dez) anos depois, observou-se que a quantidade de estudos sobre essa temática triplicou, e a cada edição do evento, conforme o número total de trabalhos, os trabalhos sobre mulher e gênero aumentam proporcionalmente, o que pode ser verificado na tabela a seguir:

Tabela 1: Trabalhos sobre mulher e gênero apresentados nas edições do ENPESS no período de 2000 a 2012.

Edição do ENPESS	Total de trabalhos apresentados	Trabalhos sobre mulher e gênero	%
ENPESS 2000	220	22	10,0
ENPESS 2004	546	17	3,1
ENPESS 2006	472	33	7,0
ENPESS 2008	559	42	7,5
ENPESS 2010	913	80	8,8
ENPESS 2012	798	73	9,1
Total	3508	267	8,7

Fonte: Anais dos ENPESS, período 2000- 2012.

A tabela acima mostra a quantidade total de comunicações apresentadas ao longo das edições do ENPESS, no período de dez (10) anos, e o número de comunicações sobre mulher e gênero. Verifica-se que, em números absolutos, a referida temática tem crescido considerando a totalidade de trabalhos apresentados.

A figura 1 abaixo faz uma representação gráfica dos dados expostos na tabela 1. Nela podemos verificar mais claramente que o número de trabalhos com o tema mulher e gênero variou ao longo das edições do ENPESS, em relação ao número total de trabalhos apresentados.

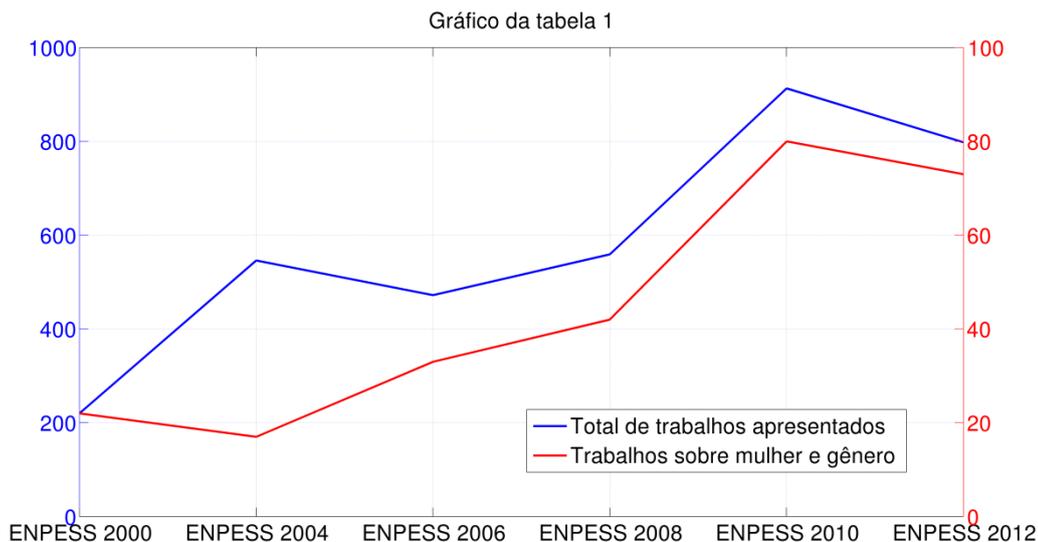


Figura 1: Total de trabalhos apresentados nas edições do ENPESS e o número de trabalhos com o tema mulher e gênero. Fonte: Anais dos ENPESS 2000-2012.

Outro aspecto a ser mencionado é que todas as edições analisadas do ENPESS possuíam eixos e/ou subeixos temáticos que incluem a categoria gênero, seja ela de forma isolada ou agregada a outras temáticas como será visto posteriormente, permitindo inferir que as reivindicações elaboradas pelas assistentes sociais feministas, registradas na parte anterior, têm conseguido se consolidar no âmbito da relação de poder travada na produção acadêmica da área.

A categoria gênero aparece como palavra-chave na maioria absoluta dos trabalhos, o que significa claramente que fazem parte do eixo temático que abordará as questões de gênero. Os demais trabalhos são incluídos nesse eixo em virtude de trazerem a discussão sobre mulher, sem mencionar a palavra gênero. Esse dado pode demonstrar que nem todos os trabalhos reunidos no eixo temático sobre gênero, abordam a perspectiva relacional que a categoria exige, comprovando de certa forma que mulher ainda pode ser considerada sinônimo de gênero.

As tabelas a seguir expõem as edições dos ENPESS de acordo com o ano de edição do evento, as áreas temáticas nas quais os trabalhos examinados foram classificados, bem como a ocorrência de trabalhos em cada uma delas. Verifica-se uma grande variedade de áreas temáticas. Cabe

destacar que, a partir do ENPESS ocorrido em 2006, a diversidade de temas foi se ampliando, expressando a pluralidade de enfoques e interesses no que diz respeito à questão da mulher.

Dessa forma, optou-se em expor os trabalhos em tabelas separadas por edição do referido evento, juntamente com as áreas temáticas abordadas, colocadas em ordem decrescente de quantidade de trabalhos apresentados. As três (3) áreas temáticas com o maior número de trabalhos foram analisadas separadamente e em ordem decrescente. Em algumas edições do ENPESS foram mencionadas outras áreas temáticas com menos trabalhos publicados, mas que foram consideradas importantes em virtude da atualidade das questões abordadas.

No 7º ENPESS⁶², foram 22 (vinte e dois) trabalhos apresentados na modalidade comunicação oral e pôster, sob o eixo temático: “Gênero”. Esses trabalhos foram divididos em 09 (nove) áreas temáticas, como pode ser verificado na tabela a seguir:

Tabela 2: Trabalhos sobre mulher e gênero apresentados no 7º ENPESS, distribuídos por áreas temáticas.

Área Temática	Número de trabalhos	%
Violência	5	22,7
Trabalho	4	18,2
Serviço Social	3	13,6
Família	3	13,6
Organização Política	2	9,1
Saúde	2	9,1
Sexualidade	1	4,5
Educação	1	4,5
Práticas e Representações	1	4,5
Total	22	100

⁶² O 7º ENPESS ocorreu na cidade de Brasília/DF, em novembro de 2000, tendo como tema central: “Serviço Social e a questão social: direitos e cidadania”.

Fonte: Trabalhos apresentados no 7º ENPESS, ocorrido no ano 2000, publicados nos anais do evento.

Das 22 (vinte e dois) comunicações publicadas a maioria, 17 (dezesete) trabalhos, mencionou que o referencial teórico utilizado na análise dos temas abordados foi a perspectiva crítica, que considera gênero, classe e raça/etnia como os três eixos básicos estruturantes da sociedade. Tal concepção tem como pressuposto a ideia de que estes eixos não devem ser tomados isoladamente, mas sim em profunda articulação e interação.

Vale ressaltar que, nessa edição do evento, a visualização do referencial teórico ficou bem evidenciada em virtude da estruturação dos trabalhos, já que nas comunicações estavam destacados a introdução, a metodologia e o referencial teórico.

Nota-se que, entre os trabalhos apresentados nesta edição, a área temática que recebeu maior atenção dos autores foi a *violência*, seguida pelo *trabalho* e pelo *Serviço Social*, enquanto atuação profissional. Em relação à *violência*, cabe destacar que, dos 5 (cinco) trabalhos analisados, 4 (quatro) dizem respeito à questão da violência doméstica contra a mulher, e 1 (um) relativo à violência urbana, enfocando a violência estatal durante o período ditatorial brasileiro e o papel de mulheres na reivindicação por justiça.

No que diz respeito aos trabalhos sobre *violência*, todos adotaram a perspectiva de análise crítica, em que o fenômeno da violência contra a mulher é visualizado como produto de relações de gênero hierarquizadas, socialmente construídas e atreladas fortemente ao sistema patriarcal. A cultura patriarcal foi destacada como parte da ideologia que fornece subsídios para o entendimento do caráter histórico da construção de identidades diferenciadas de acordo com o gênero. A principal autora referenciada nas comunicações que têm como orientação teórico-metodológica o imbricamento das categorias gênero, classe social e raça/etnia é Saffioti.

Ficou evidenciado que a hierarquia sexual historicamente instituída se complexifica quando inserida numa estrutura social dividida em classes. Desse

modo, a lógica capitalista, além de aprofundar, naturaliza a divisão e as diferenças que oprimem a mulher.

Na área temática *trabalho*, das 4 (quatro) comunicações, 2 (duas) se dedicaram ao estudo das trabalhadoras rurais, verificando se o processo de assalariamento proporciona autonomia ou reforça a condição de submissão. Em relação às outras duas comunicações: 1 (uma) teve como objeto de estudo a informalidade das vendedoras ambulantes, e a outra tratou sobre a modernidade e o processo de transformação e democratização nas relações de gênero no trabalho. As contribuições mais destacadas dizem respeito à produção de Antunes, particularmente aquelas que destacam a heterogeneidade da força de trabalho e o uso desigual pelo capital do sexo dos trabalhadores.

As reflexões desenvolvidas nos trabalhos apresentados sinalizam que o processo de inserção da mulher no mercado de trabalho significa uma dupla jornada de trabalho, mas, por outro lado, essa participação demonstra avanços numa perspectiva de construção de uma autonomia. Ainda nessa área temática sobre *trabalho*, as pesquisas evidenciaram que a mulher encontra-se submetida à exploração inerente à classe dos trabalhadores e à opressão nas relações de gênero. No entanto, ao desempenhar funções no mundo produtivo, estas contribuem para o processo de redefinição dos papéis familiares, principalmente no que diz respeito à provisão material, como confirmam os estudos sobre a ascensão da chefia familiar feminina⁶³.

Em relação aos estudos desenvolvidos sob a área temática *Serviço Social*, destaca-se que todos os trabalhos abordam a questão de gênero no processo identitário da profissão de Serviço Social, e como essa questão é entendida e vivenciada dentro do processo de formação pelos alunos do sexo masculino e do sexo feminino. Também se tecem comentários sobre o lugar do gênero na produção de conhecimentos em Serviço Social, tendo como constatação que a produção sobre o tema mulher e gênero por muito tempo foi secundarizada, sugerindo-se um balanço crítico.

⁶³ Segundo os dados do Censo Demográfico de 2010, divulgados pelo IBGE, o percentual de famílias chefiadas por mulheres no país passou de 22,2% para 37,3%, entre 2000 e 2010.

Em relação ao uso do gênero como categoria analítica, destaque é dado à dimensão relacional dessa categoria. A problematização se faz comparando a existência quantitativa de homens e mulheres no contexto da profissão de Serviço Social, reivindicando-se investigações sobre a presença reduzida de homens e o lugar deles na profissão. Os 3 (três) artigos apresentados investigaram de forma crítica a lógica da divisão entre trabalhos considerados femininos e trabalhos considerados masculinos, e que o Serviço Social é historicamente considerado uma profissão para mulheres.

No que diz respeito aos trabalhos sobre *família*, os temas abordados privilegiaram as ambiguidades dos papéis de gênero (feminino e masculino) no ambiente familiar e os padrões de hierarquia, poder e autoridade vivenciados cotidianamente. O exercício desses papéis é analisado em contextos adversos como: a convivência de mulheres com parceiro alcoolista e a violência doméstica.

No 9º ENPESS⁶⁴, foram 17 (dezesete) trabalhos apresentados na modalidade comunicação oral, sob o eixo temático denominado “Serviço Social, Política Social, Estado e Sociedade”, subeixo: “Política Social – criança e adolescente, pessoas portadoras de deficiência, idoso, etnia e gênero”. Esses trabalhos foram divididos em 7 (sete) áreas temáticas, como pode ser verificado na tabela a seguir:

Tabela 3: Trabalhos sobre mulher e gênero apresentados no 9º ENPESS, distribuídos por áreas temáticas.

Área Temática	Número de trabalhos	%
Saúde	4	23,5
Violência	4	23,5
Família	3	17,6
Políticas Públicas	2	11,8

⁶⁴ O 9º ENPESS ocorreu na cidade de Porto Alegre/RS, no período de 30 de novembro a 03 de dezembro de 2004, tendo como tema central: “Os desafios da produção de conhecimento em Serviço Social”.

Trabalho	2	11,8
Diversidade Sexual	1	5,9
Envelhecimento	1	5,9
Total	17	100

Fonte: Trabalhos apresentados no 9º ENPESS, ocorrido no ano 2004, publicados nos anais do evento.

Observa-se que a área temática com o maior número de trabalhos publicados foi a *saúde*, seguida pela *violência* e pela *família*. Dentre os 17 (dezesete) artigos, 7 (sete) mencionaram a utilização da perspectiva de análise crítica, ressaltando que as contradições que permeiam a vida em sociedade estão relacionadas ao gênero, à classe social e à raça/etnia.

No que diz respeito aos trabalhos sobre saúde, cabe destacar que todos enfatizam a saúde reprodutiva. Destaque é dado às reflexões de 2 (dois) trabalhos sobre o papel masculino na reprodução e sobre a participação dos homens nos cuidados com sua saúde e de sua família, papéis ocupados tradicionalmente por mulheres, considerando dessa forma o aspecto relacional da categoria gênero. Todavia, é interessante notar que a saúde continua sendo tratada no contexto da discussão de gênero restrita à reprodução biológica. De certo modo, os estudos apontam para o potencial explicativo da categoria gênero na avaliação sobre a qualidade da atenção em saúde de mulheres que procriam.

Os trabalhos relativos à área temática *violência* abordaram o fenômeno da violência doméstica e conjugal contra a mulher, seja ela física ou psicológica, apontando que este tipo de violência configura-se como uma das demandas emergentes para o assistente social. A questão da violência contra a mulher idosa também foi objeto de investigação em um dos trabalhos, sinalizando um processo de *feminização da velhice*⁶⁵.

⁶⁵ Segundo os dados do CENSO divulgados pelo IBGE em 2012, o Brasil possui cerca de 23 milhões de idosos. As mulheres idosas são maioria, correspondendo a 55%, de acordo com a referida fonte, o motivo é simples: elas cuidam mais da saúde, bebem menos e não fumam. Esse fenômeno é conhecido como feminização da velhice.

A área temática *família* aparece com trabalhos que discutiram sobre as transformações ocorridas na família, enfatizando o crescimento das famílias chefiadas por mulheres, relacionado principalmente com o fenômeno da chamada feminização da pobreza⁶⁶. Os resultados mostraram que a condição de vulnerabilidade econômica é agravada pelos papéis de gênero na esfera doméstica, pela falta de apoio dos cônjuges e de políticas públicas com enfoque de gênero. Foi evidenciada a carência de políticas públicas com perspectiva de gênero frente às várias demandas que esse tipo de configuração familiar apresenta, com destaque para a dupla jornada de trabalho, a violência doméstica, a baixa escolaridade, a precariedade no trabalho e a baixa renda.

Esses trabalhos estão em sintonia com Bandeira (2005), quando a autora afirma que a inclusão da dimensão de gênero na formulação e implementação das políticas públicas no país tem se apresentado como desafio diante das diversas ações governamentais evidenciadas. O tratamento recorrente dado pelo poder público às questões relativas aos direitos das mulheres tem sido questionado, na medida em que tais políticas têm por objeto somente as mulheres, desconsiderando as relações homem-mulher⁶⁷ e seus antagonismos.

Na mesma direção encontra-se Machado (1999), citada por Nascimento (2012, p. 23), ao “advertir para o fato de que o uso da categoria gênero pelas propostas de políticas públicas para mulheres não significa, *a priori*, alteração nas representações e imagens do feminino e do masculino vigentes nas experiências históricas das respostas estatais ao movimento feminista”.

No 10º ENPESS⁶⁸, foram 33 (trinta e três) trabalhos apresentados na modalidade comunicação oral, sob o eixo temático denominado: “Questão Social e Trabalho, subeixo: Questões étnico-raciais e gênero e de geração”.

⁶⁶ Conforme Nascimento (2012), a expressão *feminização da pobreza* surge na década de 1970 no interior das reivindicações feministas nos Estados Unidos, em virtude do aumento da pobreza, principalmente entre as mulheres chefes de família. No Brasil, o termo ganha visibilidade na década de 1990.

⁶⁷ Conforme Scott (1995), a categoria analítica gênero considera a dimensão relacional entre os sexos.

⁶⁸ O 10º ENPESS ocorreu na cidade de Recife/PE, em dezembro de 2006, tendo como tema central: “Crise contemporânea, emancipação política, emancipação humana”.

Esses trabalhos foram divididos em 11 (onze) áreas temáticas, como pode ser verificado na tabela a seguir:

Tabela 4: Trabalhos sobre mulher e gênero apresentados no 10º ENPESS, distribuídos por áreas temáticas.

Área Temática	Número de trabalhos	%
Violência	8	24,2
Serviço Social	6	18,2
Movimentos Sociais	5	15,1
Trabalho	4	12,1
Família	3	9,1
Políticas Públicas	2	6,1
Participação Política	1	3,0
Envelhecimento	1	3,0
Saúde	1	3,0
Teoria Marxiana	1	3,0
Mídia Televisiva	1	3,0
Total	33	100

Fonte: Trabalhos apresentados no 10º ENPESS, ocorrido no ano 2006, publicados nos anais do evento.

Das 33 (trinta e três) comunicações apresentadas nessa edição do ENPESS, verifica-se que a área temática com o maior número de trabalhos foi a *violência*, seguida pelo *Serviço Social* e pelo *trabalho*. Dentre esses artigos, 22 (vinte e dois) estudos informam que adotaram em suas análises a perspectiva crítica, a articulação capitalismo/patriarcado, assegurando a condição de exploração e subordinação feminina.

Em relação aos trabalhos sobre *violência*, novamente destaque é dado à violência doméstica contra mulher por meio de 4 (quatro) comunicações. Os estudos frisaram que a violência doméstica por ser praticada na esfera privada, por pessoas que mantêm laços de afetividade, torna as vítimas mais vulneráveis. Além de demandar soluções no âmbito da saúde, educação, trabalho e segurança, constituindo-se dessa forma uma expressão da questão social.

Compreende-se que a violência contra a mulher é uma problemática que atinge as mulheres de todas as classes sociais, raças/etnias. Por ser praticada na esfera das relações interpessoais e no ambiente doméstico, o agressor geralmente mantém laços de afetividade com a vítima, situação que as torna mais vulneráveis.

A “violência de gênero” foi analisada em 3 (três) trabalhos os quais tinham como objetivo mostrar as conexões entre os papéis de gênero e a violência, considerando o fator subjetivo da masculinidade e seus rebatimentos em homens e mulheres. O conceito de “violência de gênero” adotado pelos trabalhos encontra suporte nas análises elaboradas por Saffioti (2001), que afirma existirem diferentes modalidades de violência.

Assim, referenciadas na autora, as comunicações afirmam que a violência de gênero é um conceito mais amplo, abrangendo vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos. Nesse sentido, os trabalhos sobre “violência de gênero” trazem questões interessantes do ponto de vista da dimensão relacional da categoria gênero, em que tanto homens quanto mulheres são vítimas de violência. A masculinidade é refletida pela lógica de uma construção social em que é legítima a violência de homens contra mulheres, crianças e todos os que estão sujeitos à ordem do “falo”.

Cabe notar que 1 (um) trabalho teve como objetivo realizar o mapeamento das políticas públicas de prevenção e combate à violência contra a mulher no Rio Grande do Norte, propondo construir um instrumento teórico-metodológico, a fim de ampliar a oferta de políticas públicas nessa área e contribuir para uma atuação mais eficaz do Estado na questão da violência contra a mulher.

Em relação à área temática *Serviço Social*, novamente existe uma relação direta entre as atribuições do assistente social e a categoria. A primeira comunicação teve como objetivo compreender a histórica “feminização” da profissão, em que a nítida marca de gênero existente no Serviço Social funciona como parte constitutiva da identidade profissional. Essa abordagem nos remete às afirmações de Cisne (2012), em que a autora considera de fundamental importância para o Serviço Social a análise das relações de gênero, seja pela histórica marca feminina da profissão, seja pelo fato de que o gênero compõe uma das dimensões fundamentais das relações sociais.

Destaque é observado a uma pesquisa que se propõe investigar a presença de homens em cursos femininos, em especial o curso de Serviço Social, além de discutir sobre a prevalência de mulheres na profissão de assistente social. Dessa maneira, foi considerada a perspectiva relacional e histórica da categoria gênero (Scott, 1995), em que as diferenças percebidas entre os sexos influenciam na construção social de gênero, pois determinadas atividades são tidas como femininas e masculinas.

Nessa área temática, 3 (três) trabalhos trouxeram reflexões sobre a incorporação do gênero na formação profissional da (o) assistente social. Argumenta-se que a categoria em questão se constitui numa ferramenta útil para a análise da sociedade, e que os resultados das pesquisas demonstraram que há muito o que avançar nas discussões e na produção de pesquisas que auxiliem no trabalho do assistente social com as questões de gênero.

Por fim, verifica-se a ocorrência de 1 (um) trabalho que trata sobre da memória feminina tendo como empiria as pioneiras do Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense/UFF⁶⁹. O movimento das pioneiras do Serviço Social, nos anos 1940, foi considerado um empreendimento ousado, na medida em que rompe com os papéis de gênero, atribuídos às mulheres da época.

A pesquisa procurou resgatar a história dessas mulheres que, com todas as limitações (de gênero, de classe, raça-etnia), conseguiram fazer uma

⁶⁹ A Escola de Serviço Social (ESS) de Niterói da Universidade Federal Fluminense (UFF) foi criada em 1945, o curso de Graduação em Serviço Social é um dos maiores da UFF e o maior curso público em Serviço Social no Brasil (Fonte: <http://www.ess.uff.br/>).

profissão e serem respeitadas por seus trabalhos. Enfatizando desse modo, que a história das mulheres pode ser um elemento fundamental para pensar a história da profissão.

A terceira área temática com o maior número de trabalhos foi *Movimentos Sociais*, totalizando 5 (cinco) comunicações, das quais 2 (dois) trabalhos trataram sobre o processo de “onguização” do movimento feminista na contemporaneidade. As demais comunicações abordaram sobre: a impossibilidade da emancipação das mulheres na ordem do capital; a inserção das mulheres na luta pela terra; e a participação das mulheres nos movimentos sociais. Não se observa distinção discursiva entre movimento de mulheres e movimento feminista.

Nessa edição do ENPESS, além das três áreas com o maior número de trabalhos, considerou-se importante destacar a área temática *trabalho*, que teve 4 (quatro) comunicações, em que 3 (três) delas abordaram a inserção precária das mulheres no mercado de trabalho, evidenciando as transformações ocorridas na sociedade e no mundo produtivo. No entanto uma comunicação teve como questão central a análise das determinações que incidem na participação, representação e organização sindical das mulheres trabalhadoras na atual conjuntura brasileira.

O artigo trata sobre os impactos da reestruturação produtiva na organização sindical das mulheres trabalhadoras e a importância da organização sindical como espaço fundamental de articulação e reivindicações das trabalhadoras. Considera-se que o gênero não fica restrito ao âmbito familiar, perpassando a esfera pública, o ambiente produtivo e o reprodutivo, assunto até então ausente nas comunicações.

No 11º ENPESS⁷⁰, foram 42 (quarenta e dois) trabalhos apresentados na modalidade comunicação oral e pôster, sob o eixo temático denominado “Questão Social e Trabalho, subeixo: Questões étnico-raciais e gênero”. Dentre esses artigos, 26 (vinte e seis) estudos adotaram em suas análises a perspectiva crítica marxista ao fazer referência à relação intrínseca entre

⁷⁰ O 11º ENPESS ocorreu na cidade de São Luís/MA, em dezembro de 2008, tendo como tema central: “Trabalho, políticas sociais e projeto ético-político profissional do Serviço Social: resistência e desafios”.

capitalismo, patriarcado e racismo, a fim de reforçar a condição de exploração/dominação das mulheres. Os trabalhos foram divididos em 17 (dezessete) áreas temáticas, como pode ser verificado na tabela a seguir:

Tabela 5: Trabalhos sobre mulher e gênero apresentados no 11º ENPESS, distribuídos por áreas temáticas.

Área Temática	Número de trabalhos	%
Violência	13	30,2
Trabalho	6	13,9
Serviço Social	4	9,3
Políticas Públicas	4	9,3
Família	2	4,6
Saúde	2	4,6
Economia Popular Solidária	2	4,6
Participação Política	1	2,3
Aborto	1	2,3
Movimentos Sociais	1	2,3
Política de Cotas Partidárias	1	2,3
Criminalidade	1	2,3
Política Social	1	2,3
Adoção	1	2,3
Doação de Sangue	1	2,3
Ideologia	1	2,3
Total	42	100

Fonte: Trabalhos apresentados no 11º ENPESS, ocorrido no ano 2008, publicados nos anais do evento.

Observa-se que na edição do ENPESS de 2008 a área temática com o maior número de trabalhos foi *violência*, seguida de *trabalho*, e com a mesma quantidade de comunicações estão as áreas *Serviço Social e Políticas Públicas*.

Em relação à violência, dos 14 (quatorze) trabalhos apresentados, 04 (quatro) deles abordaram a violência doméstica e conjugal. Esses estudos trazem como principal conclusão a de que o enfrentamento da violência contra a mulher ainda ocorre de forma isolada e fragmentada, além da inexistência de uma rede estruturada de proteção às mulheres vítimas de agressão. Os trabalhos demonstraram que esse tipo de violência vivenciada no âmbito doméstico é sustentada por uma sociabilidade estruturada na cultura patriarcal.

As possibilidades e limites da Lei Maria da Penha⁷¹ aparecem em 3 (três) trabalhos, após dois anos de sua existência. Foram analisados os mecanismos para a efetivação da Lei Maria da Penha, nos quais se constata que a aplicação da Lei restringe-se à atuação policial - judiciária, agravada pela não capacitação dos profissionais que atuam nesta área e pela escassez de serviços públicos de atendimento às mulheres agredidas. Nesse sentido, entende-se que a Lei Maria da Penha expressa a luta feminista pelo fim da violência contra a mulher. No entanto, verifica-se que o desafio colocado aos profissionais que lidam com essa problemática consiste em garantir a efetividade e o cumprimento da Lei.

Em 2 (dois) trabalhos, a violência de gênero, definida por Saffioti (2001) como um conceito mais amplo, abrangendo vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos, esteve fundamentada na perspectiva relacional da categoria gênero.

Presente em 4 (quatro) comunicações, a violência contra a mulher foi analisada a partir das desigualdades de gênero e da ideologia patriarcal. Três trabalhos traziam reflexões sobre o suporte analítico da categoria gênero e das

⁷¹ A Lei nº. 11.340/06, mais conhecida por “Lei Maria da Penha”, foi denominada desta forma por causa de Maria da Penha Maia Fernandes, que durante muito tempo sofreu violência doméstica. A referida lei foi criada com o objetivo principal de coibir e prevenir a violência doméstica e familiar, expressando-se dessa forma como uma conquista da luta feminista.

teorias do patriarcado na análise da questão da violência de gênero, conforme aponta Saffioti (2004).

Tratando-se da área temática *Serviço Social*, constatou-se que os estudos concentraram-se na análise da discussão de gênero no âmbito do processo de formação profissional, no que diz respeito às demandas que surgem no cotidiano de intervenção dos campos de estágio dos (as) alunos (as).

Os estudos também discutiram o papel do assistente social na proposição e execução de políticas públicas que possibilitem o *empoderamento*⁷² das mulheres que, de acordo com Costa (2000), refere-se a um mecanismo pelo qual os indivíduos assumem o controle de sua própria vida, com liberdade de decidir sobre o seu próprio destino e tendo consciência de suas capacidades, como foi abordado na primeira parte desta dissertação.

Em relação às comunicações apresentadas na área temática *trabalho*, as questões que dizem respeito à divisão sexual do trabalho são referenciadas pelas produções de Hirata e Kergoat a partir de 1994. Destaque é dado a trabalhadoras artesanais e rurais, pois a mão de obra feminina é utilizada em tarefas que exigem habilidade manual, delicadeza e sensibilidade, qualidades historicamente atribuídas às mulheres.

A área temática que aborda a questão de gênero nas *Políticas públicas* teve os trabalhos voltados para a avaliação da efetividade das políticas de geração de trabalho e renda no enfrentamento da pobreza entre mulheres chefes de família. As políticas para mulheres também foram abordadas com o objetivo de compreender e avaliar se nessas políticas ocorre ou não a adoção da perspectiva da transversalidade de gênero. Todavia, não se constatou nenhum trabalho sobre Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM)⁷³, criada

⁷² O termo “empoderamento” corresponde à tradução do termo original em inglês *empowerment*, entendido como a possibilidade de emancipação dos indivíduos, o aumento da autonomia e da liberdade.

⁷³ A Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) tem como principal objetivo promover a igualdade entre homens e mulheres e combater todas as formas de preconceito e discriminação herdadas de uma sociedade patriarcal e excludente (Disponível em: <http://spm.gov.br/>).

em 2003, e nem sobre a formulação do PPA 2004-2007 ⁷⁴, instrumentos relevantes na atual conjuntura brasileira em que se tem uma mulher na presidência da República. Aliás, não se encontrou nenhum trabalho sobre o governo da Presidente frente às demandas feministas.

No 12º ENPESS⁷⁵, a identificação da temática de gênero aparece intitulada sob o eixo temático denominado “Classe social, gênero, raça/etnia, geração e diversidade sexual”. No subeixo: *Ênfase em relações de gênero* foram 80 (oitenta) trabalhos apresentados⁷⁶. Esses trabalhos foram divididos em 18 (dezoito) áreas temáticas, como pode ser verificado na tabela a seguir:

Tabela 6: Trabalhos sobre mulher e gênero apresentados no 12º ENPESS, distribuídos por áreas temáticas.

Área Temática	Número de trabalhos	%
Violência	29	36,2
Trabalho	9	11,2
Família	8	10,0
Serviço Social	7	8,7
Saúde	5	6,2
Política Social	3	3,7
Políticas Públicas	3	3,7
Criminalidade	2	2,5
Aborto	2	2,5

⁷⁴ O PPA 2004-2007, que representa o projeto de governo para os próximos quatro anos, inovou ao adotar pela primeira vez no país, na plataforma de governo, “a viabilização da inclusão social, da equalização das oportunidades – gênero, raça, etnia, pessoas portadores de necessidades especiais e da cidadania” (Bandeira, 2005).

⁷⁵ O 12º ENPESS ocorreu na cidade do Rio de Janeiro/RJ, em dezembro de 2010, tendo como tema central: “Crise do capital e produção do conhecimento na realidade brasileira: pesquisa para quê, para quem e como?”.

⁷⁶ Nos subeixos: *Questões geracionais* foram 31 (trinta e um) trabalhos; *Raça e etnia* foram 22 (vinte e dois) trabalhos ; *Diversidade sexual* foram 12 (doze) trabalhos ; que juntamente com o subeixo *gênero* totalizaram 145 (cento e quarenta e cinco) trabalhos.

Participação Política	2	2,5
Questão Social	2	2,5
Mídia Televisiva e Imprensa	2	2,5
Diversidade Sexual	1	1,2
Educação	1	1,2
Juventude	1	1,2
Cultura Popular	1	1,2
Responsabilidade Social e Empresarial	1	1,2
Simone de Beauvoir	1	1,2
Total	80	100

Fonte: Trabalhos apresentados no 12º ENPESS, ocorrido no ano 2010, publicados nos anais do evento.

Segundo o Boletim Informativo do ENPESS, a 12ª edição do evento se caracterizou pelo maior número de trabalhos enviados, aprovados e publicados, perfazendo 1.293 (mil duzentos e noventa e três) trabalhos em diversos eixos temáticos. Em relação à temática mulher e gênero, essa edição do evento também contou com o maior número de comunicações sobre mulher e gênero, totalizando 80 (oitenta) trabalhos. Desse total de trabalhos, 62 (sessenta e duas) comunicações informam ter adotado como referencial teórico a perspectiva crítica marxista do “feminismo marxista”, que não fragmenta classe social, gênero e raça/etnia.

Nota-se que, entre os trabalhos, a área temática com o maior número de estudos foi a *violência*, seguida pelo *trabalho* e pela *família*. Em relação à área temática violência, vale ressaltar que a maioria⁷⁷ dos trabalhos ratificam a predominância do recorte da violência doméstica e conjugal contra a mulher, seja violência física, psicológica ou sexual.

⁷⁷ Cerca de 10 (dez) trabalhos.

Destacam-se também os estudos sobre a importância da divulgação da Lei Maria da Penha e as análises sobre limites e alcance no meio rural, com 8 (oito) trabalhos. As políticas sociais de enfrentamento à violência contra a mulher também mereceram atenção por parte dos autores, com cerca de 5 (cinco) trabalhos.

Os trabalhos denunciam a fragilidade das ações governamentais implementadas nos últimos anos, direcionadas ao enfrentamento da violência contra a mulher, como falta de infraestrutura adequada no atendimento e uma rede de apoio eficiente, desqualificação dos profissionais que lidam com essa problemática e a insuficiência de políticas públicas direcionadas para essa questão.

Chamaram a atenção 2 (dois) trabalhos que trouxeram a discussão sobre o significado da violência contra a mulher para os autores da agressão e a ausência de políticas públicas para os homens agressores. Abordaram a questão da relação entre violência e masculinidade, e como a categoria gênero pode ser utilizada como aporte teórico para o entendimento das relações desiguais entre homens e mulheres.

Esses trabalhos demonstram o aspecto relacional da categoria analítica gênero, na medida em que se preocupam em discutir os rebatimentos da violência tanto para as mulheres quanto para os homens, vítimas e agressores respectivamente.

As comunicações apresentadas na área temática *trabalho* se dedicaram a relação entre inserção da mulher no mercado de trabalho, permanência na execução dos trabalhos domésticos e escolarização feminina. Chegando as conclusões de que o acesso à educação elevada não tem assegurado uma condição mais igualitária, sobretudo em melhoria e igualdade de renda e *empoderamento* no universo privado.

A questão da divisão sexual do trabalho foi analisada sob a ótica da prevalência de mulheres nos serviços de assistência à saúde. De acordo com os estudos, a área da saúde compreende atividades historicamente moldadas pelo tradicional lugar do feminino na esfera da reprodução, conforme aponta

Lavinás (2000). A histórica diferenciação entre "trabalho de mulher" e "trabalho de homem" revela como o sexo persiste como um importante determinante no mercado de trabalho.

Na área temática *família*, os estudos desta edição concentraram-se nos novos arranjos familiares em que as mulheres assumem a condição de provedoras; a nova configuração que a categoria família assume no contexto da Política de Assistência Social no Brasil e, por conseguinte, na intervenção do profissional de Serviço Social. Em relação à centralidade da família na Política de Assistência Social, os trabalhos pesquisaram sobre a operacionalização da matricialidade sociofamiliar⁷⁸ no CRAS⁷⁹, elaborando críticas à redefinição conceitual da política.

No 13º ENPESS⁸⁰, a discussão de gênero aparece vinculada aos grupos de trabalho de pesquisa, recebendo a denominação de GTP "Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão", subeixo: "Ênfase em gênero". 73 (setenta e três) trabalhos foram apresentados na modalidade comunicação oral e pôster.

Percebe-se que, nessa edição do evento, a quantidade de produções por área temática foi bem distribuída, demonstrando um equilíbrio nos temas estudados. Esses trabalhos foram divididos em 16 (dezesesseis) áreas temáticas, como pode ser verificado na tabela a seguir:

⁷⁸ De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), publicada em 2004, a matricialidade sociofamiliar "está ancorada na premissa de que a centralidade da família e a superação da focalização, no âmbito da política de Assistência Social, repousam no pressuposto de que para a família prevenir, proteger, promover e incluir seus membros é necessário, em primeiro lugar, garantir condições de sustentabilidade para tal" (PNAS, 2004, p. 41).

⁷⁹ O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal, localizado em áreas de vulnerabilidade social, que executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência social (Informações disponíveis em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial>).

⁸⁰ O 13º ENPESS ocorreu na cidade de Juiz de Fora/MG, em novembro de 2012, tendo como tema central: "Serviço Social, acumulação capitalista e lutas sociais: o desenvolvimento em questão".

Tabela 7: Trabalhos sobre mulher e gênero apresentados no 13º ENPESS, distribuídos por áreas temáticas.

Área Temática	Número de trabalhos	%
Violência	14	19,2
Trabalho	12	16,4
Política Social	6	8,2
Família	6	8,2
Políticas Públicas	5	6,8
Criminalidade	4	5,5
Tráfico de Mulheres	4	5,5
Movimentos Sociais	4	5,5
Serviço Social	4	5,5
Saúde	4	5,5
Questão Social	3	4,1
Adoção	2	2,7
Questão Agrária	2	2,7
Participação Política	1	1,4
Religiosidade	1	1,4
Educação	1	1,4
Total	73	100

Fonte: Trabalhos apresentados no 13º ENPESS, ocorrido no ano 2012, publicados nos anais do evento.

Dos 73 (setenta e três) trabalhos, 38 (trinta e oito) adotaram a perspectiva de análise crítica marxista em que a condição das mulheres é visualizada como produto da intersecção entre as contradições de gênero, classe social e raça/etnia.

Observa-se que nessa edição do ENPESS a área temática *violência* recebeu novamente o maior número de trabalhos. Do total de 14 (quatorze) comunicações, 4 (quatro) concentraram-se nas análises sobre a implementação da Lei Maria da Penha em diferentes estados brasileiros⁸¹ e na importância de monitorar a aplicabilidade da Lei.

Em seguida, encontram-se os casos de violência doméstica e familiar, com 3 (três) artigos; a violência de gênero, com 3 (três) artigos; o feminicídio como uma das expressões da questão social, com 1 (um) trabalho; a atuação do assistente social nas DEAMs⁸², com 2 (dois) artigos; e a atuação do assistente social junto ao homem autor de violência, com 1 (um) artigo.

A atuação do assistente social no atendimento às mulheres que sofrem violência foi analisada no âmbito das Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAMs), dos CREAS e CRAS, considerando importante a relação entre Serviço Social e garantia de direitos das mulheres.

Em relação aos trabalhos sobre a Lei Maria da Penha, as pesquisas constataram que a criação da Lei foi um avanço significativo na legislação, com destaque para as medidas protetivas de urgência⁸³. Apesar De os estudos revelarem a existência de uma rede mínima de apoio às vítimas de violência, essa rede não é devidamente articulada, o que demonstra a necessidade de políticas intersetoriais para o atendimento das demandas das mulheres.

⁸¹ Os estados e as suas respectivas cidades foram as seguintes: Natal/RN, Coari/AM, Mossoró/RN, Rio Grande do Sul/RS, Salvador/BA, Cruz das Almas/BA, ABC Paulista/SP e Breves/Marajó/PA.

⁸² É relevante se mencionar a iniciativa pioneira das assistentes sociais : Marlise Silva Vinagre, Suely Almeida e Maria Elena Ruschel Cançado em inserir o Serviço Social nas delegacias policiais do Rio de Janeiro.

⁸³ De acordo com a Lei 11.340/06, Cap. III, que dispõe sobre o atendimento pela autoridade policial, artigo 11º, as medidas protetivas de urgência são as seguintes: I - garantir proteção policial, quando necessário, comunicando de imediato ao Ministério Público e ao Poder Judiciário; II - encaminhar a ofendida ao hospital ou posto de saúde e ao Instituto Médico Legal; III - fornecer transporte para a ofendida e seus dependentes para abrigo ou local seguro, quando houver risco de vida; IV - se necessário, acompanhar a ofendida para assegurar a retirada de seus pertences do local da ocorrência ou do domicílio familiar; V - informar à ofendida os direitos a ela conferidos nesta Lei e os serviços disponíveis (Disponível em: http://www.mulheresdireitos.org.br/publicacoes/LMP_web.pdf).

Consideram-se os novos serviços de atendimento à mulher vítima de violência⁸⁴ como um avanço em direção à Lei Maria da Penha, criada em 2006, um importante marco legal. No entanto, como confirmam os trabalhos analisados e os dados oficiais, mencionados na primeira parte desta dissertação, a redução dos casos de violência contra a mulher permanece como um grande desafio. A falta de estrutura adequada para o trabalho com os agressores e de profissionais capacitados/sensibilizados também foram algumas das dificuldades mencionadas.

Um dado relevante que foi mencionado nos estudos foi o reconhecimento de que as relações desiguais de gênero e assimétricas de poder (Scott, 1995) contribuem para a naturalização da violência contra a mulher, realçada pela lógica da cultura patriarcal. Portanto, pode-se afirmar que há componentes de gênero que influenciam diretamente nas diferentes formas de violência praticada pelos homens contra as mulheres, exemplificada no fato de mulheres morrerem por serem mulheres.

O estudo que abordou o feminicídio como uma das expressões da questão social⁸⁵ considerou o fenômeno como um dos mais invisibilizados e pouco problematizados pelo Serviço Social. Acredita-se que a existência de apenas 1 (um) trabalho abordando a expressão letal da violência de gênero (femicídio) deve-se ao fato da irrelevância dada pelo poder público tanto no registro dos dados quanto no seu enfrentamento efetivo, situação comprovada na recente aprovação da inclusão do feminicídio no Código Penal.

A segunda área temática com o maior número de comunicações foi sobre *trabalho*, na qual os estudos dedicaram-se principalmente à questão da divisão sexual do trabalho e à precarização do trabalho feminino em diversas atividades, a exemplo das marisqueiras e pescadoras do nordeste do país. Além desses objetos de estudo, verificou-se a ocorrência de pesquisas relacionadas ao trabalho infantil doméstico, em que as dimensões de classe,

⁸⁴ Conforme a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), atualmente os programas de combate à violência contra as mulheres têm por objetivo prevenir e enfrentar a violência sofrida pelas mulheres. Através de campanhas nacionais permanentes, que têm por objetivo prevenir e enfrentar a violência sofrida pelas mulheres, além do amparo legal da Lei Maria da Penha.

⁸⁵ Sabe-se que a categoria questão social ocupa um lugar central no processo de formação profissional do assistente social, retomando Mota (2010).

gênero, raça/etnia e geração foram destacadas; e sobre assédio moral e sexual no ambiente de trabalho.

A área temática sobre *família* recebeu 5 (cinco) trabalhos, que trataram sobre a mulher e os papéis ocupados por elas na família, com destaque para a chefia familiar feminina. Verificou-se que o CRAS foi o principal campo empírico utilizado pelos pesquisadores para investigação sobre a temática, evidenciando o lugar que este equipamento vem assumindo nos últimos anos no exercício da política de Assistência Social e da prática do assistente social que atua na área pública.

Vale ressaltar que, no âmbito da Assistência Social, um dos principais serviços prestados nos centros de referência é o Programa Bolsa Família⁸⁶ que, de acordo com o MDS, das 14 milhões de famílias atendidas em 2014, 93% dos titulares do cartão são mulheres⁸⁷. É importante destacar que este programa tem como público-alvo as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza⁸⁸.

Nessa edição do evento, foram identificados cerca de 10 (dez) trabalhos que se referem ao Programa Bolsa Família (PBF), envolvendo as áreas temáticas *políticas públicas, política social e família*. Os estudos se concentraram em duas questões relativas ao programa: analisar em que medida as ações vinculadas ao PBF contribuem para o enfrentamento das desigualdades de gênero, e refletir sobre a centralidade posta na mulher-mãe, responsável em assegurar o bem-estar dos membros da família, considerada dessa forma a melhor administradora do benefício recebido.

Dentre esses trabalhos, 1 (um) se destacou por ser o único a investigar o lugar dos homens beneficiários do PBF, na Política de Assistência Social,

⁸⁶ O Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria, que tem como foco de atuação os 16 milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 77,00 mensais e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos (Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>).

⁸⁷ Conforme a publicação “Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania”, disponibilizada em 2013, pelo IPEA.

⁸⁸ Segundo o MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome), famílias em situação de extrema pobreza são as famílias com renda abaixo de R\$ 70,00 per capita e as famílias em situação de pobreza são as que possuem renda entre R\$ 70,00 e R\$ 140,00 per capita (Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/glossario>).

especificamente no contexto da proteção social básica, executada no âmbito do CRAS. O trabalho teve como objetivo dar visibilidade à demanda masculina aos serviços socioassistenciais ofertados pelos CRAS, na medida em que a produção acadêmica concentra-se amplamente na perspectiva da pobreza feminina.

A área temática que trata sobre o *tráfico de mulheres* aparece pela primeira vez no 13º ENPESS com 4 (quatro) trabalhos. De acordo com os trabalhos, as principais vítimas do tráfico para fins de exploração sexual são as mulheres, envolvendo portanto relações de gênero.

As pesquisas afirmaram que a discussão da temática é recente, principalmente no que tange o debate no Serviço Social, mesmo o tráfico de pessoas não sendo um fenômeno novo nas sociedades, em que mulheres, homens, meninas e meninos são utilizados para fins de exploração sexual, trabalho análogo ao escravo etc. Portanto, o tráfico de pessoas, em especial o de mulheres, configura-se como uma expressão da questão social, sendo fundamental que o assistente social esteja atento à essa nova demanda da sociedade.

Um dado relevante é o número de estudos sobre a área temática *criminalidade*. Ela aparece 5 (cinco) vezes nas edições do ENPESS, em 1 (um) trabalho no 11º e em 4 (quatro) trabalhos no 13º ENPESS, chamando a atenção para o fato de que o encarceramento feminino teve um crescimento de 286% no período de 10 (dez) anos⁸⁹. Através da leitura desses trabalhos, observou-se que o fenômeno criminológico feminino é uma realidade complexa, levando em consideração a escassez de estabelecimentos penais femininos e a insuficiência de políticas públicas que contemplem as mulheres encarceradas e suas famílias.

Outro dado a destacar sobre o aparecimento da temática diz respeito ao conhecimento de que estudos e pesquisas sobre a situação da mulher encarcerada no Brasil passam a ser objeto de estudo do Serviço Social, fato

⁸⁹ Dado retirado do trabalho intitulado “O Serviço Social no âmbito do Sistema Prisional Feminino: entre o abandono e o encarceramento”, apresentado em 2012, no 13º ENPESS, pela Profª Drª Maria Lúcia Rodrigues (PUC/SP). De acordo com a autora, os dados são referentes a dezembro de 2010.

que poderá contribuir para a visibilidade da questão no âmbito da política pública de segurança e proteção social.

A partir da descrição dos dados obtidos através desta pesquisa considera-se importante apontar as áreas temáticas que, ao longo das edições do ENPESS analisadas, foram mais expressivas⁹⁰. Desse modo, optou-se por construir um quadro síntese com os temas com maior incidência de trabalhos. Como pode-se observar no Quadro 2 abaixo:

Quadro 2: Áreas temáticas com as maiores quantidades de trabalhos publicados no ENPESS no período de 2000 a 2012.

Áreas temáticas	ENPESS 2000	ENPESS 2004	ENPESS 2006	ENPESS 2008	ENPESS 2010	ENPESS 2012	TOTAL
Violência	5	4	8	13	29	14	73
Trabalho	4	2	4	6	9	12	37
Família	3	3	3	2	8	6	25
Serviço Social	3	-	6	4	7	4	24
Saúde	2	4	1	2	5	4	18
Políticas Públicas	-	2	2	4	3	5	16
Movimentos Sociais	-	-	5	1	-	4	10
Políticas Sociais	-	-	-	1	3	6	10
Participação Política	2	-	1	1	2	1	7

Fonte: Anais dos ENPESS 2000-2012.

⁹⁰ Dialogando com a pesquisa realizada por Veloso (2000), em que foram analisados os trabalhos produzidos nos ENPESS ocorridos em 1996 e 1998, o autor constatou que nestas edições do evento a área temática mais pesquisada foi a da violência, em especial a violência conjugal “e/ou” doméstica contra a mulher.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de analisar a discussão de gênero no Serviço Social a partir dos trabalhos apresentados no ENPESS, no período de 2000 a 2012, através da perspectiva do método crítico dialético articulado à teoria feminista, possibilita as seguintes considerações finais:

A problemática da mulher no contexto das contradições da sociedade de classe vem sendo discutida no Serviço Social desde que surgiram os primeiros trabalhos que se dedicavam à mulher como objeto de intervenção da prática profissional. Em relação à utilização da categoria gênero, os estudos são mais recentes. Esses estudos são mais expressivos a partir de meados da década de 1990, quando intelectuais feministas assistentes sociais conquistam a visibilidade da temática nos fóruns acadêmicos da profissão.

Pode-se observar pela pesquisa realizada que ao longo do período examinado, assuntos importantes para a sociedade brasileira repercutiram sobre os trabalhos publicados no ENPESS. Novos e velhos temas são abordados a partir da dinâmica conjuntural. Dentre os temas recorrentes, destaca-se a questão da *violência* doméstica e conjugal contra a mulher. Em todas as edições do evento foram 73 (setenta e três) trabalhos sobre *violência*, dos quais 41 (quarenta e um) trataram da violência doméstica contra a mulher. Apenas uma edição não teve o tema da violência em primeiro lugar.

Tal fato é importante pois, ao mesmo tempo em que denuncia a vitalidade de uma questão que continua sendo tabu para o Estado, permite a reflexão crítica na academia contribuindo com o movimento social na formulação de proposições para seu enfrentamento.

O fenômeno da violência contra a mulher foi entendido na maioria dos trabalhos, cerca de 25 (vinte e cinco), como uma construção social e cultural, que tem como base as relações patriarcais de gênero. Esses trabalhos recorrem a referências teóricas no campo dos estudos feministas marxistas, que consideram as múltiplas determinações constituidoras da sociedade, com destaque para a problematização do conceito de patriarcado no contexto da opressão/exploração capitalista.

A temática da Família também aparece em todas as edições no contexto das discussões sobre gênero. Assim como aparecem trabalhos que são repetitivos na abordagem e enfoques, existem comunicações que tentam

apresentar o que existe de novo na investigação e na análise, como as novas configurações familiares e o tratamento dado às famílias alvo das novas ações de políticas sociais, como os programas de transferência de renda mínima.

No campo da legislação, os estudos realizados enfatizam a Lei Maria da Penha, com 17 (dezessete) artigos apresentados ao longo das 4 (quatro) últimas edições do ENPESS, ou seja, esses estudos caracterizaram o período pós aprovação da Lei. Vale ressaltar que esse importante avanço legal é fruto das lutas feministas e de reivindicações de mulheres vítimas de violência doméstica, independente de programas de governo.

A discussão sobre as políticas sociais em geral e a política de Assistência para mulheres também são alvos de investigação e aparecem refletindo as contradições que permeiam a particularidade do capitalismo no Brasil em que o Estado não desconhece as demandas dos movimentos sociais, mas ao responder a elas o faz de forma ineficiente.

Considerando a totalidade dos trabalhos apresentados, 3.508 (três mil e quinhentos e oito), 267 (duzentos e sessenta e sete) tiveram o gênero como preocupação. No entanto, a partir da análise destes trabalhos, constatou-se que cerca de 154 (cento e cinquenta e quatro) artigos dão prioridade para a terminologia *mulher* no conteúdo do texto. Um limite que, como se observou na Introdução desta dissertação, está presente na produção das Ciências Sociais no Brasil, fato que aponta para o aprofundamento da discussão no âmbito da produção sobre o tema.

Nesse sentido, observa-se que o ponto forte dos estudos é a caracterização da mulher (a mulher no mercado de trabalho, a mulher vítima de violência, a mulher chefe de família etc), portanto os trabalhos focalizam a mulher. Embora, os estudos resgatem a teoria de gênero, na fase operacional das pesquisas a dimensão relacional não se concretiza. Desse modo, pode-se inferir que nem todos os trabalhos se enquadram na perspectiva de gênero, configuram-se então como estudos sobre a mulher.

Finalmente salienta-se que a maioria dos trabalhos, cerca de 172 (cento e setenta e dois), informam que adotaram a perspectiva de análise baseada no método crítico dialético ou no marxismo. A bibliografia utilizada e as conclusões dos textos confirmam tal afirmação quando se observa a citação de autores que se identificam com os pressupostos da referida tradição e quando a

empíria analisada encontra suporte explicativo na desigualdade econômica, de sexo/gênero e de raça/etnia, sugerindo que a produção de conhecimento do Serviço Social brasileiro difundida pelo ENPESS tem enfrentado o pensamento conservador na sua dimensão reacionária, particularmente no que diz respeito à discussão de gênero.

Acredita-se que as contribuições possibilitadas pela pesquisa realizada dizem respeito à relevância da produção acadêmica apresentada ao longo das edições do ENPESS. Os trabalhos publicados na última década explicitam questões importantes e recorrentes no cotidiano profissional dos assistentes sociais. Dessa maneira, a presente pesquisa pode contribuir para uma avaliação do Serviço Social, enquanto área do conhecimento comprometida com as questões da mulher e do gênero.

Dentre as limitações relativas à execução desta pesquisa, a principal esteve relacionada à dificuldade de acesso aos anais do ENPESS, na medida em que os trabalhos publicados passaram a ser disponibilizados em CD-ROM somente a partir da edição de 2006. Outra limitação diz respeito à não oferta de uma disciplina (seja obrigatória ou eletiva) durante o curso de graduação e pós-graduação em Serviço Social, que pudesse contemplar a discussão teórica sobre a categoria gênero e sua relação com o Serviço Social, auxiliando dessa maneira na compreensão da referida temática.

4 REFERÊNCIAS

ABEPSS. **A consolidação da ABEPSS como organização acadêmico-científica: documento base de discussão para a formação dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs)**. 2009. Disponível em: <www.abepss.org.br> Acesso em: 02. Abr. 2015.

_____. **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS: “O Serviço Social e a Questão Social: direitos e cidadania”**. Brasília-DF, CD ROM, 2000.

_____. **Anais do IX Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS: “Os desafios da pesquisa e produção do conhecimento em Serviço Social”**. Porto Alegre-RS, CD ROM, 2004.

_____. **Anais do X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS: “Crise Contemporânea, Emancipação Política e Emancipação Humana: Questões e Desafios do Serviço Social no Brasil”**. Recife-PB, CD ROM, 2006.

_____. **Anais do XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS: “Trabalho, Políticas sociais e Projeto ético-político profissional do Serviço Social: resistência e desafios”**. Porto São Luis-MA, CD ROM, 2008.

_____. **Anais do XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS: “Crise do Capital e Produção do Conhecimento na Realidade Brasileira: pesquisa para quê, para quem e como?”**. Rio de Janeiro-RJ, CD ROM, 2010.

_____. **Anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS: “Serviço Social, acumulação capotalista e lutas sociais: o desenvolvimento em questão”**. Juiz de Fora-MG, CD ROM, 2012.

AGUIAR, Neuma. Perspectivas feministas e o conceito de patriarcado na sociologia clássica e no pensamento sociopolítico brasileiro. In: **Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997, p. 161- 191.

ÁLVARES, M. L. M; D'INCAO, M. A (Orgs.). **A mulher existe? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia.** Belém: GEPEM, 1995.

ÁLVARES, M. L. M. **Beauvoir, o patriarcado e os mitos nas relações de poder entre homens e mulheres.** Revista do NUFEN. p. 06 – 14. 2014

ALVES, A. M. **Estudos de gênero.** [Editorial]. Praia Vermelha – Estudos de Política e Teoria Social, vol. 22, nº 01, p. 7-8, 2012. Disponível em: <http://praiavermelha.ess.ufrj.br/wp-content/uploads/2013/11/RPV-22_1.pdf>. Acesso em: 28/11/2014.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2009.

ARAÚJO, Clara. **Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero.** Revista Crítica Marxista: Dossiê Marxismo e Feminismo. [2000]. Disponível em: <<http://www.criticamarxista.com.br>>. Acesso em: 21 set. 2013.

BANDEIRA, L. M. **Avançar na transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas.** Brasília: CEPAL/ Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

BARBIERI, Teresita. **Sobre a categoria gênero: uma introdução teórico-metodológica.** Recife: SOS Corpo, 1993.

BRASIL, Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 05 abr. 2013.

_____. Lei n. 8.212 de 24 de julho de 1991. **Lei Orgânica da Seguridade Social,** Brasília, DF. Disponível em:

<<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/126785/lei-organica-da-seguridade-social-lei-8212-91>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

_____. **Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 20 nov. 2014.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: fatos e mitos.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, ed. 2, 1967.

BRUSCHINI, Cristina. **Reflexões sobre o uso de estatísticas sensíveis à questão de gênero.** Caxambu: XX Reunião da ANPOCS, 1996.

CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de; SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Serviço Social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2005.

CASTRO, Mary Garcia. **Marxismo, feminismos e feminismo marxista – mais que um gênero em tempos neoliberais.** Revista Crítica Marxista: Dossiê Marxismo e Feminismo. [2000]. Disponível em: <<http://www.criticamarxista.com.br>>. Acesso em: 05 mai. 2014.

_____. **Alquimia de categorias sociais na produção de sujeitos políticos.** Revista Estudos Feministas, Rio de Janeiro, CIFC, v. 0, n. 3, p. 57-73, dez./jan. 1992.

CISNE, Mirla. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social.** São Paulo: Outras Expressões, 2012.

CFESS. **Código de Ética do/a assistente social.** Lei 8. 662/93 de regulamentação da profissão. 10. ed. rev. e atual. Brasília, 2012.

CONCEIÇÃO, A. C. L. **Teorias Feministas: da “questão da mulher” ao enfoque de gênero.** In: Revista Brasileira de Sociologia da Emoção. v. 8, n. 24, p. 738- 757, 2009. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Index.html>.

COSTA, Ana Alice. **Gênero, Poder e Empoderamento das mulheres**. In: Seminário de Aprofundamento do trabalho com gênero no Pró-Gavião. Textos de apoio 1. Vitória da Conquista, p. 35- 45, 2000.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: **A história das mulheres no Brasil**. Mary Del Priore (org.). 5. ed. São Paulo: Contexto, p. 223-240, 2001.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

FALQUET, Jules. **O capitalismo financeiro não liberta as mulheres: análises feministas materialistas e imbricacionistas**. Revista Crítica Marxista, n. 36, São Paulo: UNESP, 2013.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. **A classe operária tem dois sexos**. Revista Estudos Feministas, Rio de Janeiro, CIEC, v.2, n.3, p. 93- 100, 1994.

_____. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, p. 595 – 609, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998, p. 09 – 71.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 17 set. 2013.

IPEA, INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS. **Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil.** Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>> Acesso em: 17 set. 2013.

_____. **Tolerância social à violência contra as mulheres.** In: Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS), Abril/ 2014, 40p.

_____. **Capítulo 9 – Igualdade de gênero.** In: Políticas Sociais - acompanhamento e análise nº 22, p. 553- 612, 2014.

_____. **Avaliando a efetividade da Lei Maria da Penha.** Texto para discussão 2048. Brasília, março de 2015. 44p. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2048.pdf> Acesso em: 02 abr. 2015.

KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo.** In: Dicionário crítico de feminismo. HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (Orgs.). Paris: Presses Universitaires de France. Paris, novembro de 2000. Tradução de Miriam Nobre, p. 01- 07, 2003.

KOFES, Suely. Categorias analítica e empírica: Gênero e mulher: disjunções, conjunções e mediações. In: **Cadernos Pagu – de trajetórias e sentimentos.** Campinas, 1993.

LAVINAS, Lena. **Empregabilidade no Brasil: Inflexões de Gênero e Diferenciais Femininos.** Rio de Janeiro: IPEA, Textos para discussão nº 826, 2001. Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

LISBOA, Teresa Kleba. **Gênero, feminismo e Serviço Social – encontros e desencontros ao longo da história da profissão.** Florianópolis: Revista Katálysis. v. 13. n. 1. p. 66-75 . jan./jun, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n1/08.pdf>>. Acesso em: 21 de outubro de 2014.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. Ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MACHADO, S. S. L. ; PORTO, T. S. **Transversalidades de Gênero e Geração na Família Contemporânea: indagações preliminares sobre trajetórias femininas em famílias extensas de Belém-PA**. Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS).2010. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

MARX, Karl. **O Capital – Crítica da Economia Política**. 26. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 269- 346; 363- 424, 2008.

MENDES, J. M. R ; ALMEIDA, B. L. F. **As recentes tendências da pesquisa em Serviço Social**. Revista Serviço Social e Sociedade n. 120. Out./ Dez. 2014, p. 640 -66. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n120/03.pdf>>. Acesso em: 01 mai. 2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE COMBATE A FOME. **Programa Bolsa Família**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 28 jan. 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Censo da Educação Superior 2013**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/apresentacao/2014/coletiva_censo_superior_2013.pdf. Acesso em: 01 mai. 2015.

MORAES, M. L. Q. **Marxismo e Feminismo: afinidades e diferenças**. Campinas: Revista Crítica Marxista. Vol. 11. p. 89-97, 2000.

MOTA, Ana Elizabete. **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NASCIMENTO, Maria Antônia Cardoso. **Bolsa Família e Renda para Viver Melhor: reflexões a partir da teoria feminista.** Belém: Revista Gênero na Amazônia. n. 01. Jan/Jun, 2012.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** 11. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão popular, 2011.

NEDER, G. Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In: **Família brasileira, a base de tudo.** São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF, p. 26-46, 2008.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **O Trabalho Duplicado: a divisão sexual do trabalho e na reprodução:** um estudo das trabalhadoras do telemarketing. São Paulo: Expressão popular, 2006.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 11-65; p. 322- 342, 1993.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

PORTO, Tainã; ALMEIDA, Rosângela. **Entre a Provisão e a Gestão: um estudo com mulheres chefes de família atendidas no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Guamá.** Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal do Pará, 2011.

POSTER, Mark. **Teoria Crítica da família.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

RAMOS, Sâmya. **A importância da articulação entre ABEPSS, conjunto CFESS/CRESS e ENESSO para a construção do projeto ético-político do**

Serviço Social brasileiro. Revista Temporalis, Brasília (DF), ano 11, n.22, p.113-122, jul./dez. 2011.

SAFFIOTI, Heleieth; VARGAS, M. M. **Posfácio: Conceituando o Gênero.** In: Mulher brasileira é assim. UNICEF: Rosa dos Ventos, p. 271-281, 1994.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987.

_____. **No caminho de um novo paradigma.** Paper apresentado na Mesa Redonda Análises de gênero construíram paradigmas metodológicos? In: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2., 1997, Caxambu. 22 f.

_____. Primórdios do conceito de gênero. In: Cadernos Pagu – **Simone de Beauvoir e os feminismos do século XX.** Campinas, 1999a.

_____. **Já se mete a colher em briga de marido e mulher.** In: São Paulo em Perspectiva, São Paulo. v. 13, n. 4, Out/Dez., 1999b.

_____. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero.** In: Cadernos Pagu, n. 16, p. 115-136, 2001.

_____. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

_____. **Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres.** FLACSO- Brasil: Série Estudos e Ensaios. Jun. , 2009. Disponível em:
<http://www.flacso.org.br/portal/pdf/serie_estudos_ensaios/Heleieth_Saffioti.pdf
>. Acesso em: 01 mai. 2015.

_____. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.** 3. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SARDENBERG, C. M. B. **Estudos Feministas: um esboço crítico.** Comunicação apresentada à mesa “Teorias e Metodologias nas Pesquisas com Enfoque de Gênero”. In: Simpósio Cearense de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero, 01, 2002. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6880/1/Estudos%20Feministas.%20Esbo%C3%A7o%20Cr%C3%ADtico.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2015.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul/dez, p. 71-99, 1995.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Estatísticas de Gênero – Uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/>>. Acesso em: 25 jan. 2015.

_____. **Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.** Disponível em: <<http://www.spm.gov.br> > Acesso: 17 set. 2013.

SILVA, M. O. S. *et al.* A pesquisa, a produção e a divulgação de conhecimento dos programas de Pós-Graduação na área de Serviço Social. In: CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de; SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Serviço Social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2005, p. 69- 113.

TOLEDO, Cecília. **Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide.** São Paulo: Cadernos Marxistas, 2001.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Projeto Político-Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFPA,** 2005.

VELOSO, Renato. **Gênero e Serviço Social: um balanço crítico-bibliográfico**. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/ ESS, 306 p. 2000.

VINAGRE SILVA, Marlise. **Violência contra a mulher: quem mete a colher?**. São Paulo: Cortez, 1992.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Ed. Unb. 1984. Vol. 1. Parte II. Weber e Marx.

YASBEK, M. C. ; SILVA, M. O. S. Das origens à atualidade da profissão: a construção da Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil. In: CARVALHO, D. B. B. ; SILVA, M. O. S (Orgs.). **Serviço Social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005, p. 25- 41.

Sites consultados:

<<http://www.abepss.org.gov>>. Acesso em: 21/10/2014

<<http://www.brasil.gov.br>>. Acesso em: 17/09/2013

<<http://www.dilma.com.br>>. Acesso em: 17/09/2013

<<http://www.oitbrasil.org.br/>>. Acesso em: 28/11/2014

<<http://www.ess.uff.br>>. Acesso em: 20 dez. 2014.